

ANA MARIA MAGALHÃES · ISABEL ALÇADA

Mulheres e homens.

Igualdade ou
desigualdade?



aps

ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE SEGUADORES

Título: Mulheres e homens. Igualdade ou desigualdade?

Coleção: Seguros e Cidadania

Autoras: Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada

Copyright 2024: APS2024

Edição: Associação Portuguesa de Seguradores

Ilustrações: Pedro Rocha e Mello

Conceção gráfica e paginação: TVM Designers

Impressão: Gráfica Maiadouro

Tiragem: 1000 exemplares

ISBN: 978-989-54248-6-3

Depósito Legal n.º 535847/24

1.ª edição — outubro 2024

Mulheres
e homens.
Igualdade ou
desigualdade?

ANA MARIA MAGALHÃES · ISABEL ALÇADA

Mulheres e homens.

Igualdade ou
desigualdade?

Índice

Introdução	9
1. Quantos somos no Mundo?	10
1.1. Elementos informativos	11
Mulheres e homens no mundo	11
A esperança de vida	13
A mortalidade infantil	15
Os seguros de vida	17
Os seguros de saúde	20
1.2. Vamos fazer uma saúde!	25
1.3. Questões para reflexão e debate	30
2. A raiz da desigualdade de direitos entre mulheres e homens	34
2.1. Elementos informativos	35
Mulheres e homens na Pré-História	35
Mulheres e homens no Neolítico	38
Mulheres e homens na Grécia Antiga	41
Mulheres e homens no mundo romano	45
Mulheres e homens da Idade Média ao século XVIII	49
A lei sálica	51
2.2. Outros tempos, outros costumes	55
2.3. Questões para reflexão e debate	62
3. Os inícios da mudança	66
3.1. Elementos informativos	67
Um livro revolucionário: <i>Reivindicação dos Direitos da Mulher</i>	67
As primeiras greves de operárias	69
As lutas das sufragistas	72
O direito de voto para os negros nos EUA	77
Finalmente o direito de voto!	78
O direito de voto em Portugal	79

3.2. Uma mulher de armas – Minibiografia de Emmeline Pankhurst	83
3.3. Debate em família	89
3.4. Questões para reflexão e debate	92
4. Igualdade na lei, igualdade na prática	96
4.1. Elementos informativos	97
As três etapas nas lutas pela igualdade	98
Em Portugal – A desigualdade no tempo de Salazar	100
Mudanças na <i>Primavera Marcelista</i>	102
O 25 de Abril e a democracia	103
As mulheres e o acesso à educação	106
As mulheres e o acesso ao trabalho	107
As mulheres e os cargos políticos	108
Estratégias para promover a igualdade de género	111
Em Portugal – Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação, 2018-2030 – Portugal + Igual	112
Na União Europeia – Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025	113
Na Organização das Nações Unidas (ONU) – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	115
4.2. Quotas, sim ou não?	119
4.3. Questões para reflexão e debate	124
5. Preconceitos persistem	128
5.1. Elementos informativos	129
Mulheres, inovações técnicas e tecnológicas	129
Afinal o primeiro condutor de longa distância foi uma mulher	130
As cartas de condução	132
Em Portugal – homens e mulheres com carta de condução	134
Os acidentes	135
O seguro automóvel	136
5.2. Mulheres e homens – segurança ao volante	139
5.3. Questões para reflexão e debate	144

Introdução

O tema da igualdade entre homens e mulheres, já largamente debatido, continua a dar origem a discussões muito acesas nos nossos dias. Há quem defenda que nos países onde a desejada igualdade foi garantida por lei, o assunto está resolvido. Mas também há quem considere que nem nesses países a igualdade está plenamente adquirida. E há ainda quem seja de opinião que a igualdade absoluta será sempre impossível de alcançar, devido às diferenças naturais entre homens e mulheres.

Todos têm argumentos para explicar o que pensam e, de certo modo, pelo menos em parte, todos têm alguma razão.

Para ficar com ideias claras sobre este assunto é indispensável refletir. O que se entende afinal por igualdade entre homens e mulheres? Em que aspetos pode realmente ser conseguida? E quantos somos ao todo neste mundo?

1

Quantos somos no Mundo?



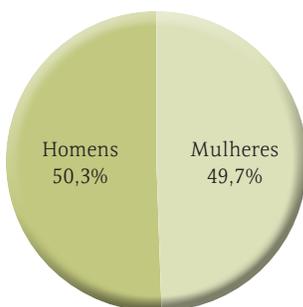
1.1. Elementos informativos

MULHERES E HOMENS NO MUNDO

No ano 2021 o planeta Terra era habitado por cerca de oito mil milhões de pessoas, sendo o número de homens ligeiramente superior ao de mulheres.

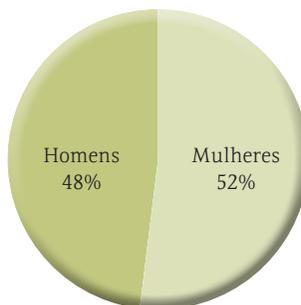
PROPORÇÃO HOMENS/MULHERES

POPULAÇÃO MUNDIAL



Fonte: World Bank – 2021

POPULAÇÃO PORTUGUESA



Fonte: INE – Censos 2021

No mesmo ano, Portugal era habitado por 10 421 117 pessoas, mas o número de mulheres (5 430 098) era superior ao número de homens (4 917 794) em quase meio milhão de pessoas. Tanto no mundo como em Portugal a proporção homens/mulheres era diferente nas diferentes idades da vida.

**PROPORÇÃO HOMENS/MULHERES EM PORTUGAL
E NO MUNDO, EM VÁRIAS IDADES DA VIDA**
NÚMERO DE HOMENS POR CADA 100 MULHERES NO ANO 2021

IDADES	EM PORTUGAL	NO MUNDO
À nascença	105	106
20 anos	104	106
30 anos	97	105
40 anos	91	103
50 anos	90	96
60 anos	87	95
70 anos	83	86
80 anos	69	72
90 anos	47	50
100 anos	21	24

Fonte: Our World in Data – UN, World Population Prospects
<https://ourworldindata.org/gender-ratio>

Os dados permitem tirar uma conclusão: as mulheres, em média, vivem mais tempo do que os homens. Como se pode explicar este facto? Os cientistas que têm estudado o assunto indicam vários motivos. Os rapazes são mais vulneráveis a doenças infetocontagiosas porque nascem com sistema imunitário menos desenvolvido. Além disso, na

juventude tendem a assumir mais comportamentos de risco do que as raparigas, como, por exemplo, consumo de tabaco, álcool, drogas, envolvimento em brigas, condução perigosa. Na idade adulta sofrem as consequências dos comportamentos adotados na juventude e, como muitos se dedicam a profissões que obrigam a enfrentar riscos, têm com frequência mais acidentes de trabalho. Há ainda a considerar que, em caso de guerra ou conflitos armados, quem geralmente combate são os homens.

A ESPERANÇA DE VIDA

Por esperança de vida entende-se o número de anos que, em média, um grupo de indivíduos nascidos no mesmo ano irá viver. A esperança de vida da população tem vindo a aumentar em todo o mundo, mas é diferente de região para região, de país para país e também é diferente para homens e para mulheres. Há motivos biológicos e motivos comportamentais que explicam as diferenças de esperança de vida entre os dois géneros.

ESPERANÇA DE VIDA DA POPULAÇÃO MUNDIAL, DA POPULAÇÃO EUROPEIA E DA POPULAÇÃO PORTUGUESA (N.º DE ANOS)

ANOS	POPULAÇÃO MUNDIAL	POPULAÇÃO EUROPEIA	POPULAÇÃO PORTUGUESA
1960	49,3	68,1	64,2
1970	56,1	70,0	67,1
1980	60,6	70,9	71,1
1990	74,0	72,9	74,1
2000	66,5	73,5	76,4
2010	70,1	76,5	79,6
2020	72,0	77,7	81,0

Fonte: Our World in data; UN WPP (2022); HMD (2023); Zijdemans *et al.* (2015); Riley (2005)

Em Portugal a esperança de vida, no ano 1960, era 60,7 anos para homens e 66,4 para mulheres. Graças ao desenvolvimento económico, aos progressos no tratamento das águas, no saneamento básico, na alimentação e nos cuidados de saúde, a esperança de vida da população portuguesa foi sempre aumentando. Mas, tal como em outros países, continuou a haver diferenças entre homens e mulheres. O quadro seguinte permite verificar a evolução ao longo de várias décadas.

**ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA – POPULAÇÃO PORTUGUESA
TOTAL E POR GÉNERO (N.º DE ANOS)**

ANOS	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1960	64,2	60,7	66,4
1970	67,1	64,0	70,3
1980	71,1	67,8	74,8
1990	74,1	70,6	77,5
2000	76,4	72,9	79,9
2010	79,6	76,5	82,4
2020	81,0	78,0	83,5
2021	81,0	78,1	83,5

Fonte: INE, PORDATA – 2023

A MORTALIDADE INFANTIL

A mortalidade infantil refere-se ao número de crianças que morrem à nascença ou antes de completar um ano. Os cientistas calculam que na época da Pré-História cerca de 50% das crianças morriam à nascença ou antes de completar um ano.

A partir do século XX a mortalidade infantil no mundo tem vindo a diminuir, graças aos cuidados de saúde que se prestam às mulheres durante a gravidez e no momento do parto e também, naturalmente, graças às vacinas e a todos os

cuidados de saúde que se prestam às crianças. No entanto, até 1950, 27% das pessoas morriam antes de completar 15 anos.

TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL (‰)¹

ANOS	PORTUGAL	UNIÃO EUROPEIA	MUNDO
1960	10,6	4,8	21,7
1970	7,4	3,5	14,7
1980	3,0	2,7	11,7
1990	1,4	1,7	9,3
2000	1,1	1,7	7,6
2010	0,3	0,7	5,1
2020	0,3	0,4	3,8
2021	0,3	0,4	3,7

Fonte: Our World in Data – United Nations, World Population Prospects (2022)

No que respeita à mortalidade infantil, Portugal está entre os países do mundo que atualmente apresentam melhores resultados. A partir de 1981 a taxa de mortalidade infantil, que era superior à média dos países da União Europeia, passou a ser inferior, e depois do ano 2000 é das mais baixas da UE e do Mundo, situando-se a par com a Dinamarca, a Suécia, a Estónia e a Itália.

¹ Taxas de Mortalidade infantil – Número de crianças que morreram com menos de 1 ano, por cada grupo de 1000 crianças que nasceram em cada ano.

OS SEGUROS DE VIDA

O facto de a esperança de vida ser diferente para homens e para mulheres tem efeitos, por exemplo, no cálculo de custo dos seguros de vida.

Os seguros de vida são contratos que se podem fazer com uma seguradora para que, em caso de sobrevivência, morte ou invalidez, a pessoa segura, os herdeiros, ou qualquer pessoa que se indique como beneficiário, possam receber uma compensação em dinheiro. E há várias modalidades, de que são exemplo:

- Seguro de vida, em caso de vida – neste seguro, a seguradora paga ao beneficiário indicado a quantia acordada (em capital ou renda), se a pessoa segura se encontrar viva no final do prazo do contrato.
- Seguro de vida, em caso de morte – neste seguro, a seguradora paga ao beneficiário indicado no contrato a quantia acordada se a pessoa morrer antes do final do prazo do contrato. Este seguro é, em geral, associado à compra de casas, ou outros bens, com recurso a empréstimo bancário. Se a pessoa que pediu o empréstimo morrer ou ficar inválida, o empréstimo é pago ao banco pela seguradora.

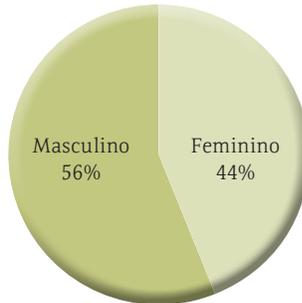
Sendo a esperança de vida diferente para homens e mulheres, os seguros de vida têm de considerar os riscos de mortalidade dos homens e das mulheres. No total de seguros existentes em Portugal, os homens representam 56% das pessoas seguras e as mulheres 44%.

Os custos que as seguradoras calculam para os homens e para as mulheres são diferentes. Por exemplo, quando o seguro de vida é feito para cobrir o risco de morte até uma determinada idade, como as mulheres têm maior esperança de vida o custo é menor do que para os homens. Já se o contrato do seguro de vida envolver o pagamento de uma renda vitalícia², a quantia que terão de pagar inicialmente será maior, ou então o valor da renda será menor do que a de um homem. No entanto, o prémio (preço) a pagar por um contrato de seguro de vida não pode ser diferente para homens e mulheres.

A partir de 2012 estabeleceu-se que, embora seja diferente para cada sexo, o cálculo dos prémios e das prestações não pode refletir-se numa diferenciação dos prémios e das prestações. Nos seguros existe uma verdadeira regra de

² Seguro com renda vitalícia – o segurado faz o pagamento de um determinado montante, comprometendo-se a seguradora a entregar-lhe posteriormente uma quantia mensal acordada no contrato.

**PERCENTAGEM DE PESSOAS
DOS GÉNEROS FEMININO E
MASCULINO EXPOSTAS AO RISCO**



Fonte: APS 2023

igualdade – «regra unissexo» – que impede a diferenciação do prémio de seguro entre homens e mulheres.

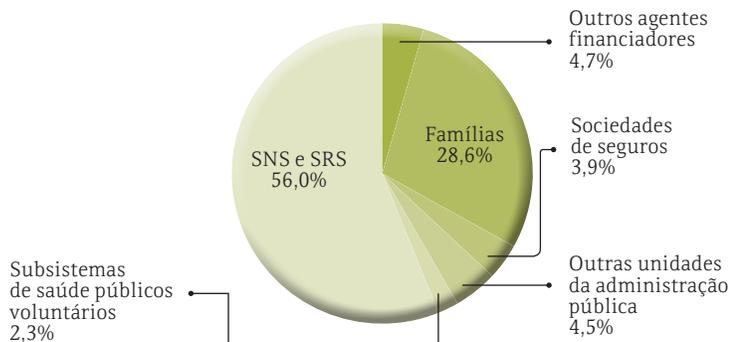
O exemplo dos seguros ajuda a compreender que, atendendo às diferenças biológicas, a igualdade de tratamento entre homens e mulheres tem de ser protegido por via legislativa. Mas, vendo bem, as diferenças comportamentais também contribuem para que a esperança de vida não seja a mesma para os dois sexos. E há outros exemplos de desigualdades que pouco ou nada têm a ver com diferenças naturais.

OS SEGUROS DE SAÚDE

As despesas com a saúde dos portugueses – pagamento de consultas médicas, vacinas, diagnósticos, cirurgias, tratamentos de enfermagem, outros tipos de cuidados, compra de medicamentos, etc. – são em grande medida suportadas pelo Orçamento do Estado, através do Serviço Nacional de Saúde e, na Madeira e nos Açores, através dos Serviços Regionais de Saúde.

Em 2022 o Estado assegurou a maior parte do total destas despesas (56%), ficando os custos restantes a cargo das famílias (28,6%), de outros serviços públicos (4,5%), de outros agentes (4,7%), de sistemas de saúde como a ADSE (2,3%) e de seguros de saúde (3,9%).

DESPESAS COM A SAÚDE EM PORTUGAL



Fonte: INE – Conta satélite da saúde, 2022

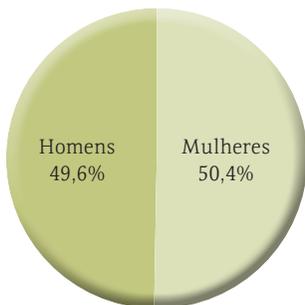
Os seguros de saúde são contratos realizados entre pessoas e empresas seguradoras para que, em caso de necessidade, a seguradora garanta o pagamento, total ou parcial, de despesas médicas, como consultas, exames de diagnóstico, cirurgias, internamentos, medicamentos, próteses, etc., até aos valores previstos no contrato.

Nestes seguros o custo é calculado tendo normalmente em conta o estado de saúde da pessoa a segurar e habitualmente feito com base em questionários ou exames clínicos preliminares e em cálculos suportados numa larga experiência estatística.

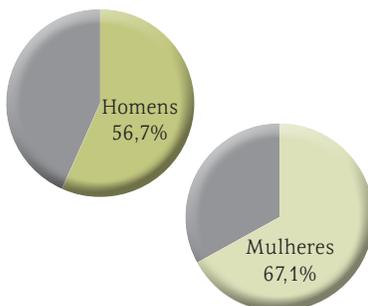
Em Portugal a percentagem de mulheres abrangidas por este tipo de seguros (50,4%) é um pouco superior à de homens (49,6%). E são claramente as mulheres que mais utilizam o seguro de saúde (67,1%).

Em 2022, o montante suportado pelas seguradoras com coberturas de seguros de saúde foi, em média, 293 € para as mulheres e 232 € para os homens.

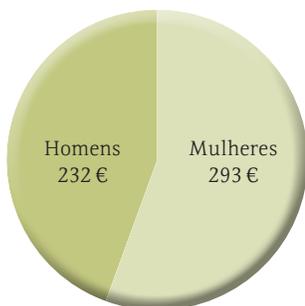
**PESSOAS COM SEGUROS
DE SAÚDE**



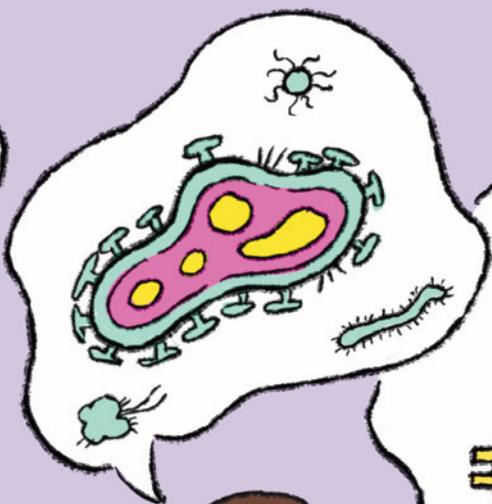
**UTILIZADORES
DE SEGUROS DE SAÚDE**



**CUSTO MÉDIO PARA AS SEGURADORAS
MULHERES E HOMENS QUE RECORRERAM
AO SEU SEGURO PARA PAGAR DESPESAS DE SAÚDE**



Fonte: APS 2022



Seguro
€ € €



1.2. Vamos fazer uma saúde!

Em casa de médicos acaba sempre por se falar de doenças, por isso o casal Mendes não estranhou quando Hugo, um dos amigos convidado para jantar naquela noite, se queixou de estar há imenso tempo à espera de uma consulta.

- Ando com imensas dores de garganta, tenho ataques de tosse horríveis e só vou ser visto por um especialista para o mês que vem.
- Ainda não te ouvi tossir desde que chegaste — disse a dona da casa numa vã tentativa de evitar que os outros pegassem na deixa e o serão, em vez de convívio animado, se transformasse num coro de lamentações. Mas foi exatamente o que aconteceu, pois a mulher de Hugo apressou-se a explicar.

— Ele tosse sobretudo quando está deitado e é um inferno sabem? Acorda ele, acorda-me a mim, já nem me lembro de quando é que dormi uma noite descansada!

Conforme geralmente acontece nestas situações, desataram todos a dar palpites e a expor não só os problemas de saúde dos próprios como os dos filhos.

— A minha filha mais nova também andou assim imenso tempo e não chegámos a saber se era alergia, se era gripe, se o que era. Tomou tanto remédio e nada parecia resultar!

Os conselhos explodiram de imediato, com todos os presentes certos e seguros de saber quais eram os melhores medicamentos para casos do género. Mas as opiniões dividiram-se a respeito dos antibióticos.

— Isso só em último caso — diziam uns.

— Não concordo nada! Os antibióticos são uma arma eficaz, quanto mais cedo se toma, melhor.

— Mas se tomarmos à toa, um dia em que precisarmos mesmo, já não fazem efeito!

Os Mendes, que eram os únicos médicos do grupo, trocaram um olhar de entendimento e não resistiram a aconselhar:

— As pessoas não devem automedicar-se.

- Devem procurar ajuda de quem estudou para poder fazer diagnósticos e prescrever tratamentos.
Hugo interrompeu-os.
- Ou seja, ir a uma consulta.
- Era isso que eu queria e nunca mais me atendem.
- Olha lá, se estás tão desesperado, porque é que não vais a um consultório privado?
- Não vou porque é caríssimo e com três filhos pequenos sempre a precisarem disto e daquilo, não estou com muita folga financeira.
- Sabes o que te convinha?
- Não.
- Fazer um seguro de saúde que abranja toda a família.
- Também não deve ser lá muito barato.
- Há de vários preços, Hugo. E além de cobrirem parte das despesas, como análises, consultas e outros exames, muitos têm a vantagem de disponibilizar médico on-line, o que dá imenso jeito. Então quando está mau tempo, quando está frio, para as crianças dá um jeitão. Tu devias pensar nisso e vocês todos também.
- Eu não preciso — disse logo a Ana Sandra com ar bastante satisfeito —, trabalho para o Estado, estou protegida.

- Como assim? — perguntou Gladys, a americana chegada há pouco de Nova Iorque onde aprendera português para trabalhar numa empresa com ligações ao Brasil. — Em Portugal quem trabalha para o Estado não paga consultas?
- Em Portugal quem recorre aos centros de saúde ou aos hospitais públicos só paga a chamada taxa moderadora e, nalguns casos, não paga consultas nem tratamentos, nem operações, nem nada. Tem é que esperar por vaga, como está a acontecer ao Hugo, e às vezes demora.
- Mas quem trabalha para o Estado tem uma proteção extra porque pode aderir a um sistema especial, a ADSE, que permite ir a consultórios e a hospitais privados e só pagar uma parte da despesa.
Gladys ouvia-os impressionada.
- Isso é fantástico!
- Pois é. Mas se queres que te diga, cá por estas bandas as pessoas mais depressa se queixam se alguma coisa corre mal, ou menos bem, do que elogiam o que corre bem.
- Já agora, ficas a saber que, além de um Serviço Nacional de Saúde para todos e da ADSE para os funcionários públicos, há sistemas de proteção especiais para

os militares, para quem trabalha nas Forças de Segurança, para os bancários.

- E, claro, seguros de saúde privados, de vários preços, alguns bastante acessíveis, que facilitam imenso a vida de quem precisa de se tratar.

Gladys reagiu levantando os braços em sinal de espanto.

- Fantástico. Nos Estados Unidos não há nada do género. Quem adoce, se não tiver seguro de saúde, tem de pagar consultas, tratamentos e é tudo caríssimo. Se calhar, qualquer dia, mudo-me definitivamente para Portugal.
- Não serias a primeira. Há muitos estrangeiros a instalarem-se por cá.
- Acredito.

Arlete Mendes, de novo na intenção de dar outro rumo à conversa, ergueu o copo e propôs:

- Para encenar o tema, vamos fazer um brinde, uma saúde!

Ergueram-se os copos e o tilintar dos vidros pôs uma nota de alegria naquele encontro de bons amigos.

1.3. Questões para reflexão e debate

1. Os dados do quadro *Proporção homens/mulheres em Portugal e no mundo, em várias idades*, surpreendem quem os analisa? Porquê?

.....

.....

.....

2. Analisar o quadro sobre *Esperança de vida no mundo, na Europa e em Portugal* e assinalar as afirmações que estão corretas:

- Pode considerar-se que houve um progresso continuado nas condições de vida dos portugueses.
- Entre os anos 60 do século XX e 2020 a situação global dos portugueses foi sempre mais favorável do que a situação global da Europa.
- Foi só a partir da década de 80 do século XX que a esperança de vida em Portugal ultrapassou a esperança de vida média no conjunto dos países europeus.

3. O que se pode concluir quando se compara a esperança de vida à nascença das mulheres e dos homens portugueses?

.....

.....

.....

4. Com base na informação do quadro sobre *taxas de mortalidade infantil* o que se pode concluir quanto à evolução dos cuidados de saúde materno-infantis em Portugal?

.....

.....

.....

5. Que motivos levam as pessoas a recorrer a seguros de vida?

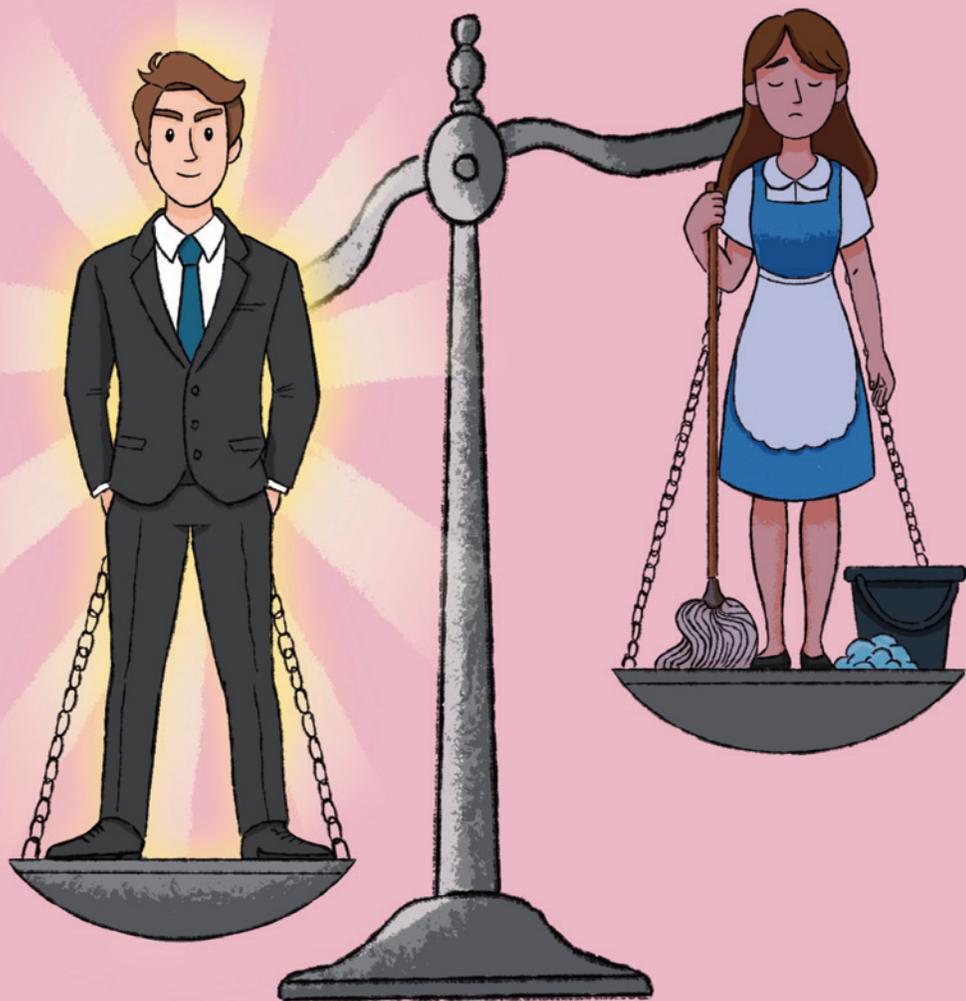
.....

.....

.....

2

A raiz da desigualdade
de direitos entre
mulheres e homens



2.1. Elementos informativos

Por que motivo terão surgido desigualdades entre homens e mulheres que em muitos casos resistiram ao tempo e se mantiveram ao longo de séculos?

Cientistas, arqueólogos e historiadores têm procurado encontrar a resposta para a pergunta sobre a raiz das desigualdades, estudando modos de vida de grupos humanos desde a Pré-História. As conclusões a que chegaram são interessantes e, por vezes, surpreendentes.

MULHERES E HOMENS NA PRÉ-HISTÓRIA

No período Paleolítico, antes da invenção da agricultura, os grupos humanos que povoavam a Terra eram nómadas e deslocavam-se continuamente em busca de alimento. Os cientistas deram o nome de *caçadores-recoletores* a esses grupos porque caçavam animais e recolhiam plantas.

A maneira de viver nessa época despertou sempre grande curiosidade e a comunidade científica esforçou-se e continua a esforçar-se por descobrir pormenores, o que só é possível através dos vestígios, como por exemplo ossadas, desenhos e gravuras feitas em rochas ao ar livre ou em

paredes de cavernas, estatuetas que representam pessoas ou animais, instrumentos usados para caçar.

Durante muito tempo os cientistas consideraram que já então homens e mulheres realizavam tarefas diferentes e chegaram a várias conclusões. Os homens, por terem mais força física, caçavam em grupo grandes mamíferos para obter carne, esfolavam os animais para obterem peles, construíam cabanas e tendas com essas peles. Também eram os homens que talhavam as pedras para obterem instrumentos e armas. E teriam sido também os homens a fazer pinturas e gravuras nas cavernas ou em pedras ao ar livre. Quanto às mulheres, fisicamente menos fortes, tratavam das crianças, recolhiam plantas, preparavam os alimentos.

Esta visão do mundo Paleolítico veio a ser alterada quando se descobriram ossos de corpos femininos com lesões idênticas às que já tinham aparecido em esqueletos masculinos devido à prática da caça.

Os cientistas concluíram então que, afinal, a divisão de tarefas não era tão nítida como se tinha pensado. Pelos vistos, no Paleolítico houve mulheres que caçaram. E, na opinião de alguns arqueólogos, talvez até tenham sido as mulheres a inventar a funda, que permite atirar pedras à distância, para assim atingirem animais sem se chegarem



muito perto deles. Outra novidade foi surgirem mãos de mulher estampadas nas paredes de uma caverna na Argentina. Talvez também por isso tenha havido mulheres a fazer desenhos na pedra.

Estas descobertas obrigam a concluir o seguinte: é possível que, em geral, naquele tempo, homens e mulheres realizassem habitualmente tarefas diferentes, mas em certos casos realizaram as mesmas tarefas, pois, pelos vistos, também houve mulheres caçadoras.

Não terá sido, portanto, no período Paleolítico que se estabeleceram os modelos de atividade considerados próprios de cada género, modelos esses que vieram a vigorar durante séculos e que nos nossos dias ainda se questionam.

MULHERES E HOMENS NO NEOLÍTICO

O período seguinte da História da humanidade, o Neolítico, que se define pela descoberta da agricultura, representou uma alteração profunda na vida dos seres humanos.

A partir de então, em vez de circularem em busca de alimento, as comunidades passaram a viver num local onde houvesse água e campos para semearem, ou seja, tornaram-se sedentários. A pouco e pouco foram construindo casas de pedra, de madeira ou de argila, e passaram a criar

animais para alimentação. Foi nesta época que domesticaram cães e gatos. Com a estabilidade, o número de pessoas de cada grupo aumentou. Alguns arqueólogos afirmam que o número de pessoas em cada comunidade não ultrapassava os 400. Outros encontraram vestígios que apontam para um total de 3000 pessoas. E todos, através de escavações, estudo de objetos encontrados em túmulos, análise de ossos e dentes, concluíram ter sido no final do Neolítico que os homens passaram a ocupar uma posição superior à das mulheres. Um dos motivos foi o despoletar de rivalidades e conflitos entre os vários grupos humanos.

Aldeias bem situadas, com casas bem construídas, campos férteis, colheitas fartas, animais saudáveis, desperjavam inveja. Quem defendia as aldeias de ataques dos inimigos? Os homens, por serem fisicamente mais fortes e por estarem mais habituados a usar armas na caça, pois nesta época continuavam a caçar. O papel de defensores conferiu-lhes muito prestígio e poder.

As mulheres, que agora eram sedentárias, tinham mais filhos, casas e campos para cuidar, animais domésticos que exigiam atenção, passaram a desempenhar sobretudo funções ligadas ao bem-estar da família. Pensa-se que terão sido as mulheres a inventar e a fabricar muitos dos

utensílios que lhes facilitavam a realização de tarefas, como por exemplo os potes de cerâmica, cestos para transportar os alimentos, teares para fazerem tecidos, etc.

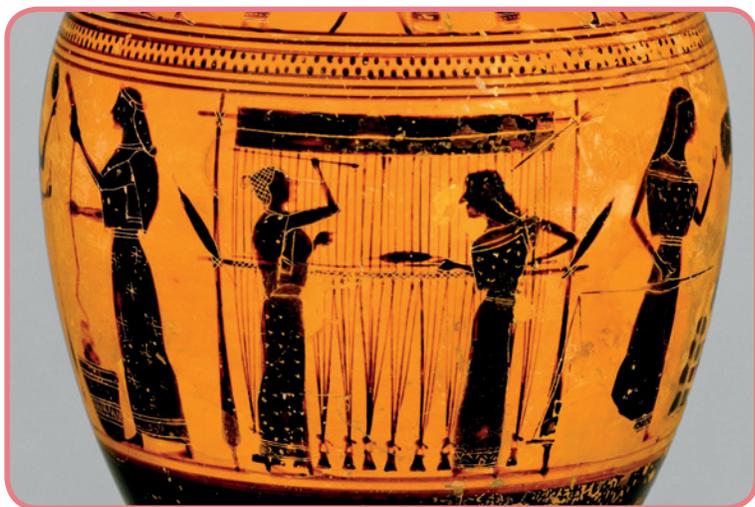
Os arqueólogos encontraram nos túmulos masculinos armas e objetos associados à caça, a lutas, à guerra. E nos túmulos femininos objetos ligados às tarefas caseiras, como por exemplo potes de cerâmica. A análise dos dentes de homens e de mulheres do Neolítico revelou que aos homens era dada uma alimentação mais rica em proteínas, ou seja, os homens comiam mais carne e peixe desde pequenos, o que contribuía para lhes reforçar a força física.

Os arqueólogos também encontraram provas de que os homens, em geral, permaneciam durante toda a vida na aldeia onde tinham nascido, mas as mulheres podiam mudar por terem constituído família com homens de outras aldeias ou, em certos casos, por terem sido raptadas.

Atualmente considera-se que terá sido no Neolítico que os homens ganharam o estatuto de dominadores e se foram definindo as tarefas especificamente masculinas e femininas, num quadro que se manteve como paradigma durante séculos e em alguns lugares do mundo ainda se mantém.

MULHERES E HOMENS NA GRÉCIA ANTIGA

Na Grécia Antiga, considerada o berço da civilização ocidental, onde surgiu a primeira forma de democracia e onde floresceram as artes, a filosofia e a literatura, as mulheres eram consideradas inferiores aos homens. Não tinham direito de cidadania, nem qualquer estatuto legal ou político, ainda que pertencessem às classes mais altas. A esmagadora maioria das mulheres vivia retirada em casa, numa zona a que se dava o nome de *gineceu* e só lhes estava destinado o papel de esposa, dona de casa e mãe.



Cerâmica de figuras negras. Século V a.C.

Metropolitan Museum, New York

Os filhos rapazes, aos sete anos, eram retirados à tutela da mãe. A partir de então passavam a ser educados por pedagogos, que lhes ensinavam a suportar o frio e a fome e a aguentar a dor sem se queixarem, a manejar armas e a envolverem-se em lutas corpo a corpo. Introduziam-nos na prática do desporto e no estudo de várias disciplinas. Se fosse preciso aplicavam-lhes castigos corporais. As irmãs, no gineceu, aprendiam a tratar da casa e das crianças e estudavam música, literatura, matemática e faziam exercícios de educação física sempre em privado.

Estas diferenças na maneira de encarar homens e mulheres não impedia que entre os deuses gregos houvesse deusas muito importantes, como, por exemplo, Hera, mulher de Zeus, pai dos deuses; Atena, deusa da justiça e das artes; Afrodite deusa da beleza e do amor; Artemísia, deusa da caça, e outras. O facto de haver deusas, muito respeitadas e veneradas, em nada alterava a vida das mulheres mortais.

As mulheres eram naturalmente fonte de inspiração para artistas, poetas dramaturgos, o que também em nada contribuía para lhes alterar o modo de vida. Nas peças de teatro escritas por gregos há personagens femininas, algumas das quais muito fortes. No entanto, quando as peças eram apresentadas no teatro, os papéis femininos eram



representados por atores do sexo masculino porque as mulheres estavam proibidas de ser atrizes.

Escapavam a este quadro geral de proibições as *Pitonas*, a quem se atribuíam poderes de adivinhação. Essas viviam nos santuários e eram consultadas por quem queria saber o que o futuro lhes reservava. Quanto às mulheres pobres e às escravas realizavam todo o tipo de trabalhos, por exemplo na agricultura, no fabrico de peças de artesanato, nos serviços domésticos em casas de famílias ricas. Uma das únicas profissões que lhes permitia ter uma vida um pouco melhor era a de parteiras.

A ideia de que a mulher é inferior ao homem estava tão enraizada na mentalidade dos gregos que filósofos notáveis, como Platão e Aristóteles, o afirmaram por escrito nas suas obras. No livro *Política* Aristóteles registou a seguinte frase: *Entre os sexos o homem é por natureza superior e a mulher inferior.*

Na Grécia Antiga, como em todas as épocas da História e em todos os lugares do mundo, houve mulheres que conseguiram romper os padrões de comportamento, provar que tinham talentos e que eram capazes de os aplicar na condução da sua vida. Algumas foram muito bem-sucedidas. Foi o caso da grega Aspásia de Mileto. Inteligente, culta,

determinada e decerto atraente, viveu com o político mais famoso de Atenas – Péricles – de quem não foi apenas companheira romântica. Segundo vários autores, fundou uma escola para raparigas, conviveu com filósofos, marcou a sua época de maneira positiva. Uma outra foi Safo que vivia na ilha de Lesbos e se notabilizou como poeta e outra ainda, Axiótea, que quis estudar com Platão, um dos mais famosos filósofos do seu tempo, mas para o poder fazer teve de se disfarçar de rapaz. Essa estratégia viria, aliás, a ser adotada por muitas mulheres que, ao longo da História, não se conformaram com os papéis que lhes atribuíam.

MULHERES E HOMENS NO MUNDO ROMANO

O mundo romano representou um avanço extraordinário em muitos domínios. Na engenharia, no direito, na organização das cidades, nas vias de comunicação, no transporte da água até aos locais onde era necessária. E também na ciência, nas artes, na literatura. Mas, apesar de todo o progresso, no mundo romano as mulheres continuaram a ser consideradas inferiores aos homens. Dependiam dos pais, em muitos casos, até o nome próprio que lhes atribuíam era uma adaptação do apelido de família. Casavam geralmente na adolescência com noivos escolhidos pelo pai. Não tinham direitos

legais e não podiam ocupar cargos políticos. Tal como na Grécia, as mulheres ricas deviam ocupar-se exclusivamente da casa e dos filhos com a eficiência e modéstia que se exigia a uma «matrona romana». Para isso mesmo eram educadas em casa por preceptoras que lhes ensinavam a ler e a escrever, música, culinária, costura e as regras que lhes permitissem ser boas esposas e boas mães. Os irmãos também começavam por ser educados em casa por tutores, mas depois frequentavam escolas onde estudavam várias disciplinas, que os preparavam para as mais diversas atividades na idade adulta. Preparação exigente, que podia implicar castigos corporais violentos e chicotadas.

Escravas e mulheres pobres trabalhavam no campo e no fabrico de peças de artesanato, ou serviam de criadas em casa de famílias ricas. Mas tanto as mulheres pobres como as mulheres ricas tinham de se submeter à autoridade exercida pelos homens. E mesmo que tivessem qualidades e talentos continuavam a ser consideradas inferiores, até por homens inteligentes e cultos como, por exemplo, Cícero, político e filósofo notável, que deixou escrito *as mulheres têm juízo fraco*.

Havia, no entanto, quem se apercebesse de que isso não era verdade. Catão, um outro político romano famoso,

reconheceu o valor das mulheres de forma curiosa, pois deixou escrito que não deviam ser tratadas como iguais aos homens, porque, se o fossem, podiam tornar-se superiores.

Apesar dos preconceitos que se mantiveram, as mulheres romanas gozavam de mais liberdade do que as gregas. Podiam, por exemplo, ir ao teatro e a espetáculos, como corridas de cavalos, lutas de gladiadores e outros. E frequentavam os banhos públicos, em instalações separadas das que eram destinadas aos homens.



Fresco encontrado em Pompeia.
Representa uma mulher a ler e a escrever

A religião romana, tal como a grega, incluía deuses e deusas importantes, como Juno, mulher de Júpiter, rei dos deuses. Minerva, deusa da sabedoria e da guerra. Diana, deusa da caça e outras. No centro da cidade de Roma havia um templo dedicado a Vesta, deusa do fogo sagrado. Raparigas de famílias importantes eram escolhidas entre os 6 e os 10 anos de idade para se tornarem sacerdotisas de Vesta, ou seja, para se tornarem *Vestais* e cuidarem do fogo sagrado que nunca se podia apagar.

Ser escolhida para Vestal era uma honra, mas bem pesada porque as Vestais passavam a viver isoladas no templo onde tinham de prestar serviço durante 30 anos sem nenhum contacto com elementos do sexo masculino. Se algum homem ousasse contactar uma Vestal era condenado à pena de morte. Se se provasse que ela o acolhera voluntariamente e deixara de ser virgem, também era condenada a uma morte pavorosa, decapitada ou enterrada viva.

Pode então concluir-se que quando os romanos elevavam as mulheres a uma categoria superior, à categoria de sacerdotisas, na verdade tornavam-nas prisioneiras. Houve, no entanto, mulheres romanas que se distinguiram e ficaram para a História, mas sempre por serem casadas ou mães de homens poderosos a quem influenciaram. Foi o caso de

Lívia, mulher do imperador Augusto, de Agripina, mãe do imperador Nero, ou de Helena, mãe do imperador Constantino, a quem convenceu a aceitar a religião cristã no império romano.

MULHERES E HOMENS DA IDADE MÉDIA AO SÉCULO XVIII

A desigualdade entre homens e mulheres que se foi definindo a partir do Neolítico e se manteve na Antiguidade, continuou a vigorar nas etapas seguintes.

Na Idade Média houve grandes mudanças na Europa, mas as mulheres continuaram subordinadas aos homens, em todos os grupos sociais. E na época dos Descobrimentos e do Renascimento europeu também. Pouco importava que fossem inteligentes, dinâmicas, criativas, ou que tivessem talentos artísticos, porque a missão que lhes estava destinada era a de esposas, donas de casa, mães. Todas tinham de obedecer ao pai, que escolhia ou aprovava o noivo, depois de casadas passavam a obedecer aos maridos e, se ficassem viúvas, obedeciam aos filhos rapazes. Decidir o que fazer da própria vida estava fora de questão.

As raparigas de famílias ricas, se não se casassem, em geral, eram obrigadas a ir para um convento, se o pai assim

o entendesse. Muitas desesperavam, outras acabavam por aceitar o seu destino e dedicavam-se aos tipos de atividades que a vida nos conventos permitia: acolher órfãos; visitar pobres, prestar cuidados a doentes. Portas adentro, algumas dedicavam-se aos jardins e às hortas ou entretinham-se a inventar receitas de cozinha, algumas com resultados excelentes, pois ainda hoje são muito apreciados os chamados doces conventuais.

Em alguns conventos, que tinham biblioteca, promovia-se a leitura, a escrita, o estudo e as freiras podiam, se o desejassem dedicar-se à pintura, à música, ou a disciplinas que lhes interessassem. Houve várias que aproveitaram a oportunidade. Na Alemanha, por exemplo, Hildegarda de Bingen, que pertencia à ordem religiosa de São Bento, estudou medicina e tornou-se música e escritora. Os seus textos saltaram os muros, foram aceites e admirados por reis e papas. Mas, embora famosa no tempo em que viveu, no século XII, nunca abandonou o convento.

Em Itália, no período do Renascimento (séculos XV-XVII), época de grande produção artística, houve mulheres que decidiram dedicar-se à pintura, o que não era costume. Uma delas foi Artemísia de Gentileschi, filha de um pintor que herdara o talento do pai. Deixou uma obra notável, mas

na altura não foi tão apreciada como a dos pintores do sexo masculino.

O poder político e económico era um exclusivo do homem e os lugares onde se realizavam ações judiciais ou políticas eram interditos às mulheres. Na maioria dos Estados os chefes de família eram donos e senhores, tinham o direito de castigar e bater na mulher, ou, se assim o entendessem, de a repudiar.

A LEI SÁLICA

A ideia de que o poder de governar é um exclusivo dos homens já existia desde épocas remotas da Antiguidade, mas só tomou forma de lei no início do século V, quando Clóvis I, rei dos francos, aprovou um código a que se dá o nome de lei sálica. Esta lei estabeleceu regras para vários aspetos da vida em sociedade, entre os quais o direito a heranças e determinou que as mulheres casadas passavam a pertencer à família do marido e, como tal, perdiam o direito a herdar as terras e os bens dos seus antepassados. A lei sálica eliminou também quase por completo o direito de as mulheres subirem ao trono. Quando o rei morria sucedia-lhe um filho rapaz, ainda que fosse mais novo do que as irmãs, ou, se não houvesse filhos, um parente próximo do

sexo masculino. Essa regra foi adotada em todas as monarquias europeias.

Houve, no entanto, algumas mulheres que, por se terem conseguido impor, assumiram o poder político.

A lei sálica manteve-se até ao século XX. A Suécia foi o primeiro país a revogá-la, em 1980. Seguiram-se a Bélgica, a Dinamarca, o Luxemburgo, a Noruega e os Países Baixos. O Reino Unido só aboliu a lei sálica em 2012, já no século XXI.

MULHERES QUE ASSUMIRAM CARGOS POLÍTICOS NA HISTÓRIA DA EUROPA (SÉCULOS XV A XVIII)



ISABEL, A CATÓLICA
Rainha de Castela e Leão
(1479-1504)



ISABEL I
Rainha de Inglaterra
(1533-1603)



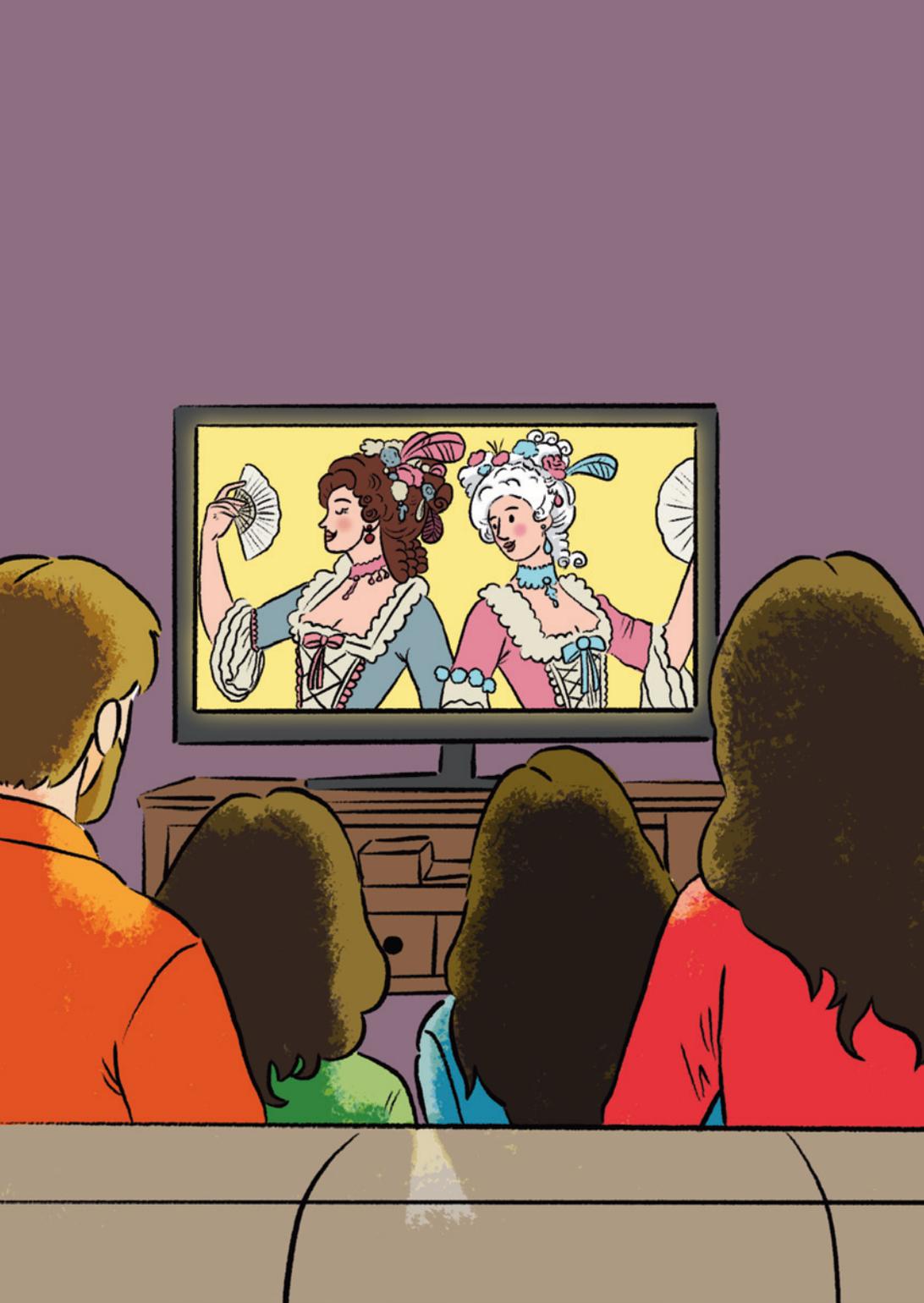
CRISTINA
Rainha da Suécia
(1626-1689)



CATARINA, A GRANDE
Imperatriz da Rússia
(1684-1727)



D. MARIA I
Rainha de Portugal
(1777-1815)



2.2. Outros tempos, outros costumes

Cláudia tinha combinado com a colega Sara estudarem juntas nessa noite, para o teste de geografia. Estava previsto começarem logo a seguir ao jantar, mas não puderam instalar-se na mesa da sala onde tinham os computadores e os livros porque os pais e o irmão da Cláudia estavam muito interessados numa série francesa que passava na televisão.

- Querem estudar aqui não é? — perguntou o pai.
- Era, mas não há problema, vamos para o meu quarto.
- Não vale a pena. O episódio está quase a acabar. Sentem-se aqui connosco um bocadinho e vejam, que a história é interessante.

A mãe interveio.

— Tão interessante, que já a vi e quis vê-la outra vez.
Vocês vão gostar.

Elas ainda hesitaram, mas as imagens que o ecrã oferecia prenderam-lhes a atenção.

— As protagonistas são duas raparigas como vocês.

— E lindas de morrer — disse o irmão mais novo do seu canto. — Que atrizes espetaculares!

De facto, as atrizes, que eram novas e bonitas, representavam bem. No entanto, o que mais lhes despertou a atenção foram as roupas espampanantes, as joias faiscantes, a maquilhagem, os penteados requintadíssimos, enfeitados com plumas e flores.

— Série de época — comentou a Sara já interessada. — E pela maneira como se apresentam, do século XVIII, não?

O pai acenou que sim.

— Exato. Mas sentem-se, sentem-se.

Elas não resistiram e instalaram-se deliciosas porque a cena decorria num palácio espantoso onde tudo, mas mesmo tudo, era um luxo.

— Tenho a impressão de que gostava de ter vivido nesta época.

— Também eu, Sara! Nada de estudos, nada de testes, nada de secas, só festas e passeios, escolher roupas, que paródia.

- Se fossem ricas.
- Claro, mãe.
- E se tivessem sorte.
- Isso naquela altura, agora e sempre.
- Verdade. Só que naquela altura tropeçava-se em problemas que não vos passam pela cabeça. Ora prestem atenção ao que se segue e depois digam-me se continuam a pensar que gostavam de ter vivido há trezentos anos atrás.
- Está bem.

Curiosas, fixaram-se na movimentação das atrizes, que, depois de conversas em surdina, tinham ido espreitar à enorme janela do palacete. E então as imagens do interior da sala foram substituídas pelas do jardim que rodeava o palácio e entrou em cena um ator que se deslocava a cavalo em direção à porta.

- Se elas são lindas de morrer, ele é de uma pessoa cair para o lado — comentaram risonhas.

A música de fundo sublinhava a beleza das árvores frondosas, dos canteiros cheios de flores, do rapaz vestido a rigor e até do cavalo, um puro-sangue branco ricamente engalanado. Ou seja, parecia poder concluir-se que o enredo fora pensado para apresentar momentos felizes daquela

família nobre que habitava num palácio e aparentemente tinha tudo o que as pessoas daquele tempo podiam desejar.

— É o noivo de uma das raparigas? — perguntou a Cláudia.

A mãe endereçou-lhe um sorriso de significado duvidoso.

— Já vais ver, já vais ver...

O rapaz entrou no palácio e foi conduzido ao andar de cima por um mordomo. Subiu a escadaria em passo acelerado e a música de fundo também acelerou, elevando a expectativa dos espectadores.

— O que é que ele vai fazer?

— Calma, já vais ver. Ou melhor, assistir a uma conversa surpreendente. Preparem-se.

— Porquê?

— Porque desconcerta e indigna.

Não exagerara a mãe de Cláudia, pois o rapaz apresentara-se ao dono do palácio para lhe pedir a mão da filha Josefina em casamento. Sendo obviamente da mesma classe social e tanto ou mais rico, pôde fazê-lo com entusiasmo, na certeza de que o pedido seria aceite. Mas não foi e transformou-se numa situação que deixou Cláudia e Sara de boca aberta. Em vez de acolher o pretendente de braços abertos, o pai das raparigas mostrou-se quase indignado.

- Que ideia a tua, Bernardo! Sabes muito bem que a tua prima Josefina é mais nova do que a Adélia, que também está solteira. As filhas mais velhas têm que casar primeiro. Se queres escolher uma mulher na minha família, tens que te decidir pela mais velha.

O rapaz, consternado, no primeiro instante ficou em silêncio. Depois, respirou fundo e tentou argumentar:

- Meu tio, Adélia é muito bonita, é uma rapariga encantadora, não lhe vão faltar pretendentes. Se quiser eu e a Josefina ficamos noivos, mas esperamos que ela se case para nos casarmos também. Gostamos um do outro desde crianças, fizemos juras de amor.
- Que disparate! Na nossa família, e não só, essas juras só se fazem com autorização dos pais porque, se forem feitas antes de um pedido formal, não têm valor nenhum. Portanto, Bernardo, esquece a Josefina. Sempre pensei que virias a ser meu genro, mas por casamento com a Adélia...
- Mas tio...
- Tio, nada! Já decidi, está decidido. Se quiseres, tens de ir procurar mulher noutro lado porque a Josefina até já está prometida para o convento onde a minha irmã Violeta é a abadessa.

Na sala ao lado, Josefina e Adélia escutavam com assombro o discurso do pai. Desesperadas, abraçam-se chorando convulsivamente.

— Não quero nada casar com o Bernardo! Eu gosto é do Raimundo e tinha esperança de que ele me pedisse em casamento.

— E eu sempre sonhei casar com o Bernardo, fizemos planos em segredo, já tínhamos escolhido data, já tínhamos nome para o primeiro filho...

Por entre lágrimas, a irmã perguntou-lhe:

— E que nome era?

— Pascal, como o nosso avô. Ó Adélia, eu não quero ir para um convento, se for preciso fujo e peço ao Bernardo que me rapte!

Um sinal sonoro e uma imagem do palácio, onde se desenrolava o drama amoroso das duas irmãs, pôs fim ao episódio.

— Oh! Como é que isto acaba, mãe?

— Depois vos conto, mas antes, digam lá, ainda acham que gostavam de viver na época em que se passa o filme?

— Talvez, mãe. Porque esta história não tem pés nem cabeça, com certeza é fantasia.

- Estás enganada — atalhou o pai. — Era assim mesmo. E digo-vos mais. Além de ser regra que a filha mais velha casava primeiro do que as irmãs e de muita gente ter sido obrigada a casar com quem não queria, ainda havia outro problema. Naquele tempo, os pais tinham de dar um dote às filhas quando elas se casavam. Um dote em dinheiro e às vezes em joias ou terras. Se fossem muitas irmãs o pai podia não ter possibilidade de dar um dote a todas. E então começava pela mais velha, em certos casos lá se arranjava para casar mais uma, ou duas, as outras iam para o convento quer quisessem quer não.
- Que horror.
- Pois era. As filhas tinham sempre de obedecer ao pai porque o pai é que mandava. — Com um sorriso brincalhão, acrescentou: — E agora, mando eu. Tratem de ir estudar geografia.

2.3. Questões para reflexão e debate

Durante muito tempo os historiadores consideraram que a raiz da desigualdade entre homens e mulheres resultava do facto de terem desempenhado tarefas diferentes desde a época do Paleolítico. Esta convicção seria abalada por descobertas arqueológicas.

1. Quais foram essas descobertas?

.....

.....

.....

Atualmente considera-se que afinal a divisão de tarefas e a desigualdade se começou a definir na época do Neolítico.

2. Indicar as razões que explicam a divisão de tarefas entre homens e mulheres nesse período da Pré-História.

.....

.....

.....

Na Grécia Antiga e no mundo romano as mulheres continuaram a ser consideradas inferiores aos homens e a viver sem autonomia.

3. Comparar a situação da mulher na Grécia Antiga e no Mundo Romano.

SEMELHANÇAS:

.....

.....

.....

DIFERENÇAS:

.....

.....

.....

4. Entre a Idade Média e o século XVIII a vida das mulheres continuou sujeita ao poder masculino. Indicar exemplos que confirmem esta afirmação.

.....

.....

.....

5. Para as mulheres que abraçavam a vida religiosa, em certos casos, o convento podia representar uma forma de libertação.

Explicar porquê.

.....

.....

.....

6. Comentar a história «Outros tempos, outros costumes».

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

3

Os inícios da mudança



3.1. Elementos informativos

UM LIVRO REVOLUCIONÁRIO:

REIVINDICAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER

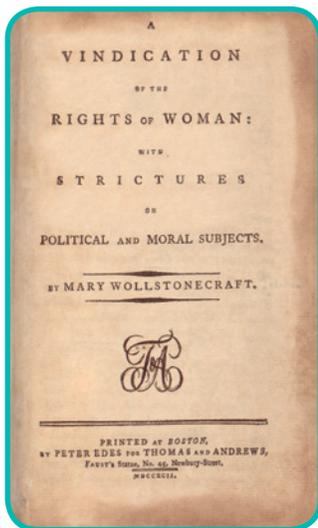
Apesar do mundo ter dado muitas voltas, ao longo dos séculos a desigualdade persistiu, aceitando-se como natural que as mulheres não tivessem os mesmos direitos que os homens e fossem impedidas de exercer uma série de profissões.

No final do século XVIII, em 1792, estas ideias enraizadas há muito sofreram um primeiro abanão porque uma inglesa, Mary Wollstonecraft¹, escreveu e publicou um livro a que deu o título de *Reivindicação dos Direitos da Mulher* em que defendeu que a todos os seres humanos, fossem homens ou mulheres, deviam ser assegurados os direitos à vida, à liberdade, ao trabalho, à educação, à busca de felicidade. E declarou reprovar o tipo de educação que até então se dava às raparigas, porque o que lhes ensinavam só contribuía para as tornar incapazes. Na opinião dela, se as mulheres

¹ É engraçado saber que Mary Wollstonecraft viveu algum tempo em Lisboa. E que a sua filha mais nova, Mary Shelley, herdou o talento literário e a ousadia da mãe, pois também escreveu um livro de grande sucesso, a que deu o título de *Frankenstein*. Corria então o ano 1816/17, as primeiras editoras que contactou recusaram-se a publicar a obra e só uma pequena editora de Londres decidiu arriscar, mas receando o fracasso mandou imprimir apenas 500 exemplares e não incluiu o nome da autora por se tratar de uma mulher.

tivessem as mesmas oportunidades que os homens, revelar-se-iam tão competentes como eles.

O livro, revolucionário para a época, deu origem a grandes discussões e a muitas polémicas, ainda assim foi traduzido para francês e alemão. Claro que um só livro nunca seria suficiente para alterar ideias e práticas com séculos de existência, mas representou uma primeira pedrada no charco.



Mary Wollstonecraft e o frontispício da primeira edição da obra *Reivindicação dos Direitos da Mulher*

Esta autora foi a primeira a ter a coragem de tornar público aquilo que ela e muitas outras mulheres pensavam, por isso mesmo veio a funcionar como inspiração para o movimento feminista que surgiu no século XIX. Um dos marcos iniciais foi a *Seneca Falls Convention*, reunião que se realizou perto de Nova Iorque em julho de 1848 para discutir a desigualdade de direitos entre homens e mulheres. Os debates prolongaram-se por dois dias e foi aprovada a resolução que lançou as bases da luta pela igualdade de direitos que viria a tornar-se a causa das feministas.

Para que o problema da desigualdade de género fosse varrido da face da terra, foi preciso muita coragem e muita luta. O mérito cabe às feministas que desencadearam vários tipos de lutas para defenderem os direitos das mulheres e exigir mudanças.

AS PRIMEIRAS GREVES DE OPERÁRIAS

A revolução industrial alterou profundamente a vida das famílias mais pobres, porque muitas mulheres passaram a trabalhar nas fábricas. Essa mudança significava um salário extra, mas com condições de trabalho muito duras, horários muito extensos e a exigência de continuarem a ter de se ocupar da casa e da família.

No entanto, o facto de se encontrarem com colegas de trabalho, de poderem conversar sobre os problemas que as afligiam e de procurarem em conjunto formas de melhorar a situação permitiu que se arriscassem a desencadear as primeiras formas de luta.

A partir dos anos 70 do século XIX, alguns grupos de operárias começaram a movimentar-se. Em 1888, por exemplo, rebentou em Londres uma greve de operárias que trabalham numa fábrica de fósforos. O horário era 14 horas



Manifestação de operárias da fábrica de fósforos.
Bryant and May, Londres, Julho 1888

por dia. Manuseavam produtos perigosos, que provocavam doenças, e não tinham qualquer segurança, nem um lugar para poderem comer ou para se lavarem. Além disso, podiam ser despedidas a qualquer momento e eram muito mal pagas. As reivindicações associadas à greve foram sobretudo melhores condições de trabalho e um horário de 10 horas por dia. Esta e muitas outras greves que vieram a ocorrer na Europa e na América só vieram a dar resultados a longo prazo.

Uma destas greves ocorreu a 8 de março de 1857 numa fábrica de tecidos em Nova Iorque. As operárias ocuparam a fábrica para reivindicarem melhores condições de trabalho: redução de horário de 14 para 10 horas e equiparação dos salários com os dos homens, pois as mulheres chegavam a ganhar um terço do salário de um homem para o mesmo tipo de tarefas. A repressão foi tão violenta que houve várias mortes de operárias.

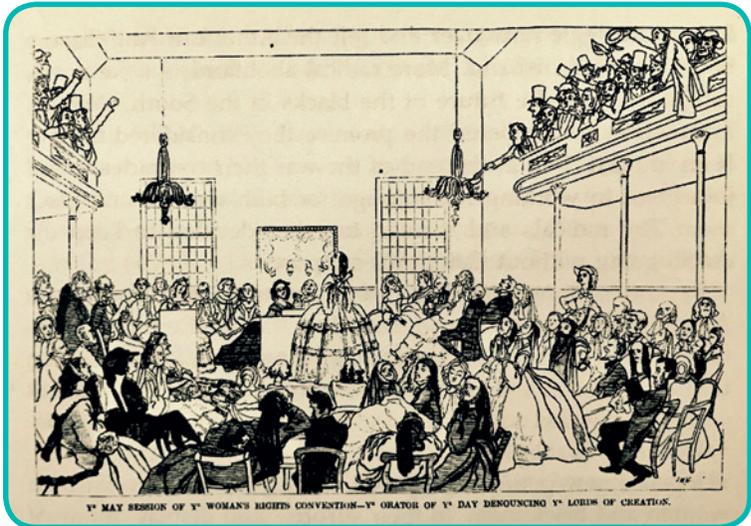
Mais tarde, em 1910, numa conferência na Dinamarca, o dia 8 de março foi escolhido para «Dia Internacional da Mulher» e, no ano de 1975, a data foi oficializada pela ONU (Organização das Nações Unidas).

AS LUTAS DAS SUFRAGISTAS

Ao longo da segunda metade do século XIX começaram a surgir organizações feministas muito ativas para defender os direitos das mulheres em alguns países, como no Reino Unido, França, Países Baixos, Estados Unidos da América, Canadá e outros. As pessoas que aderiam a esses movimentos eram em geral mulheres da classe média alta, que



Cartaz *Voto para as Mulheres*. Hilda Dallas (1909)



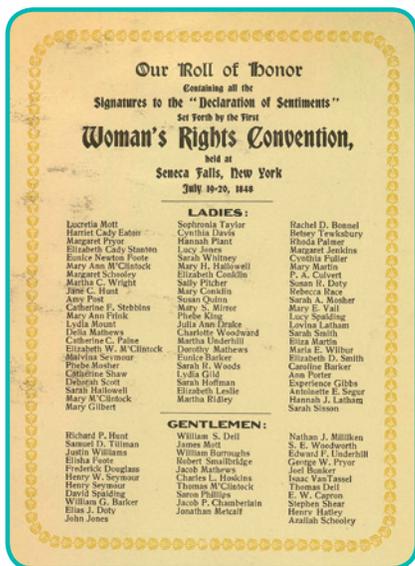
Convenção Nacional de Direitos das Mulheres, 1859, Nova Iorque

tinham tido acesso à educação. Reuniam-se com frequência, discutiam os problemas que queriam resolver e aprovavam as medidas a tomar. Divulgavam os seus princípios e exigências em artigos de jornais e revistas, ou em panfletos que distribuía nas ruas, nas lojas e nas fábricas. Enviavam petições aos órgãos políticos. Também faziam manifestações e desfiles pelas ruas, em que expunham os seus objetivos, gritando palavras de ordem.

Em 1848, Elisabeth Cady Stanton e Lucrecia Mott organizaram a primeira convenção realizada nos EUA sobre os

direitos das mulheres – a *Seneca Falls Convention*. Participaram 300 pessoas e reclamaram para que as mulheres deixassem de ser tratadas como dependentes dos homens, que tivessem mais oportunidades de educação e de emprego e reclamaram o direito de voto e o exercício de cargos políticos.

No final da convenção assinaram um documento para o qual serviu de modelo a declaração de independência dos EUA, texto que só mencionava homens e ao qual foi acrescentada a palavra mulheres.



Lista dos signatários da *Declaração de Sentimentos*, Seneca Falls Convention, 1848, Nova Iorque

De início, o que as feministas mais pediam, oralmente e por escrito, era o direito de voto porque naquele tempo só os homens podiam votar. Como se dá o nome de sufrágio às decisões que são tomadas por votação, essas mulheres ficaram conhecidas por sufragistas.

A ideia de as mulheres poderem votar chocou muita gente, desencadeou reações negativas e não faltou quem proclamasse que o lugar das mulheres era em casa a tratar do marido e dos filhos, acrescentando alguns que elas não tinham formação nem competência para tomar decisões políticas. Mas as sufragistas, apesar de serem contestadas e até ridicularizadas, não desistiram.

Numa primeira fase, os governos de vários países onde elas se manifestavam preferiram não lhes dar importância. Mas como havia cada vez mais mulheres a aderir, a certa altura, decidiram tomar medidas para impedir as manifestações. Como não conseguiram, acabaram por mandar a polícia intervir e muitas das sufragistas foram presas. Só que, na cadeia, continuavam a suscitar debates porque tomavam atitudes extremas, chegando a fazer greve de fome.

Conforme por vezes acontece, a repressão deu visibilidade à luta, mais mulheres aderiram à causa e também alguns homens esclarecidos, como, por exemplo, John Stuart Mill,



Desenho humorístico publicado no jornal *The Daily Herald* (1913)

filósofo e político inglês, que se tornou alvo de troça no parlamento britânico por defender o direito de voto para as mulheres. Ainda assim, os governos tardaram bastante a ceder.

A luta continuou, primeiro com protestos pacíficos, e, a partir de 1900, com protestos cada vez mais violentos. Quando começou a Primeira Guerra Mundial (1914) e foi necessário recor-

rer às mulheres para substituir os homens que partiam para a guerra, nos vários tipos de ocupações profissionais, o presidente Wilson começou a manifestar o seu apoio ao movimento das sufragistas. Em 1918 propôs uma alteração à lei eleitoral para lhes conceder o direito de voto, mas nem todos os estados dos EUA aderiram à proposta.

O DIREITO DE VOTO PARA OS NEGROS NOS EUA

Na *Séneca Falls Convention*, em 1848, quase só tinham participado pessoas brancas. Em 1851 houve uma outra convenção, no estado de Ohio, em que se distinguiu Sojourner Truth.

Tinha sido escrava e, depois de libertada, formara-se em Direito. Fez um discurso brilhante, alegando que se enquanto escrava fizera os mesmos trabalhos do que os homens, agora que era livre, exigia continuar em pé de igualdade. Os homens presentes tentaram boicotar as suas reivindicações, mas as propostas de Sojourner encorajaram

outras pessoas a reclamar o direito a voto.

No entanto, o direito de voto para os negros foi primeiro concedido aos homens e só muito mais tarde às mulheres.



Sojourner Truth
(c.1797-1883)

FINALMENTE O DIREITO DE VOTO!

O primeiro país que concedeu às mulheres o direito de voto foi a Nova Zelândia, no ano 1893. Seguiu-se a Austrália, em 1902 e a Finlândia, em 1906. No entanto, a maior parte dos governos resistia, insistindo que a missão das mulheres era tratar da família e ocupar-se da casa.

Esta convicção sofreria um grande abalo na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), porque quando os homens partiram para a frente de batalha, as mulheres substituíram-nos em todo o tipo de atividades, e com igual eficácia e continuando a tratar das respectivas famílias.

A partir de então vários outros países seguiram o exemplo da Nova Zelândia. Em 1918 a Áustria, a Alemanha, a Rússia e a Polónia. No mesmo ano, o Reino Unido, mas de início com restrições porque foi concedido direito a voto às mulheres que tivessem mais de 30 anos. Em 1920 foi a vez dos Estados Unidos, em 1921 da Suécia, 1931 da Espanha, em 1944 da França.

O DIREITO DE VOTO EM PORTUGAL

Em Portugal o processo seria lento. A República foi implantada em 1910 e em 1911 realizaram-se as primeiras eleições republicanas. Nessa altura a lei concedeu direito de voto aos cidadãos portugueses com mais de 21 anos, desde que soubessem ler e escrever e que fossem chefes de família.



Carolina Beatriz Ângelo
(1878-1911)

Como o texto da lei não incluía referência ao sexo dos cidadãos, houve uma mulher que resolveu aproveitar a falha. Chamava-se Carolina Beatriz Ângelo, era médica e viúva, portanto, sabia ler e era chefe de família. Ainda tentaram impedi-la, mas ela apelou para a justiça, ganhou e votou.

Para evitar que outras mulheres lhe seguissem o exemplo, o texto da lei foi alterado e explicitou que o direito de voto abrangia exclusivamente cidadãos portugueses do sexo masculino que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família.

Só no ano de 1968 foi concedido o direito de voto às mulheres portuguesas, mas apenas às que sabiam ler e escrever. Depois do 25 de Abril de 1974 todos os cidadãos portugueses maiores de 18 anos passaram a ter direito de voto.

G. Frank Hunt



3.2. Uma mulher de armas — minibiografia de Emmeline Pankhurst

Há pessoas que revelam qualidades especiais desde muito cedo e Emmeline foi uma delas. Tinha apenas três anos quando surpreendeu os pais porque conseguia ler. Viva, inteligente e determinada, já na infância se interessava por tudo e que era debatido em casa. E não faltavam temas para debate na sua família, pois o pai era um homem de ideias arejadas, muito culto e atento aos problemas do país. A mãe, que se orgulhava de descender de uma etnia celta originária da pequena ilha de Man, situada entre a Inglaterra e a Irlanda, era uma mulher forte, saudável, ativa. Apesar de ter tido dez filhos, não hesitou em envolver-se no movimento que exigia o direito de voto para as mulheres, o que

implicava participar em reuniões e arriscar-se a ser perseguida pela polícia.

Emmeline, a mais velha das cinco raparigas, começou a acompanhar a mãe a essas reuniões com apenas catorze anos, e nunca mais parou.

É curioso que, embora a família fosse progressista, os pais entendiam por bem proporcionar melhor educação aos filhos do que às filhas. Aliás, os programas escolares eram diferentes. Nas escolas frequentadas por rapazes lecionavam-se disciplinas consideradas indispensáveis à preparação de um homem para a vida. Nas escolas frequentadas por meninas o currículo incluía bordados e economia doméstica, para virem a ser boas donas de casa. E era assim nos países da Europa e nos Estados Unidos da América em pleno século XIX.

Na juventude, Emmeline teve oportunidade de ir estudar para Paris, onde conheceu um francês que a pediu em casamento. O problema é que na época ainda era costume o pai da noiva pagar um dote ao noivo. O pai dela, ou porque não concordava com a prática, ou porque não tinha possibilidades para pagar cinco dotes, recusou-se, e o francês rompeu o noivado. Emmeline regressou então a Inglaterra, instalou-se na casa de família e pouco depois começou a namorar

Richard Pankhurst. Ela tinha vinte anos e ele quarenta e quatro, mas partilhavam ideias, pois Richard, que era advogado, defendia o direito a voto para as mulheres, a liberdade de expressão, uma reforma profunda na educação e outras causas igualmente progressistas. Participava ativamente na vida política e encorajou-a a lutar pelos seus ideais. Curiosamente, Emmeline tentou convencê-lo de que seria bom viverem juntos sem se casarem, o que na época era motivo de escândalo. Ele não concordou e fez-lhe ver que, se o fizesse, ela seria considerada imoral e posta de parte por toda a gente. Casaram-se em 1879, instalaram-se em casa da família dela. Nos anos que se seguiram o casal teve cinco filhos e Emmeline dedicou-se à casa e à família, mas nem por isso desistiu de ter vida própria. Aderiu ao movimento sufragista e, em parceria com o marido, fundou a organização *Woman's Franchise League* destinada a apoiar as lutas pelo direito a voto e não só, pois reivindicavam também direitos iguais aos dos homens em matérias como o divórcio ou as heranças, apoiavam sindicatos e outras organizações socialistas. Considerados radicais pelo governo, foram perseguidos.

Richard morreu no verão de 1848, deixando Emmeline numa situação financeira complicada, que a obrigou a mudar-se para uma casa mais pequena e arranjar um

emprego para sustentar os filhos. Mas, mesmo viúva, com família a cargo e responsabilidades no trabalho, não abandonou a luta, ainda fundou uma outra organização, a *Woman Social and Political Union*. Foi ela quem propôs manifestações nas ruas e junto ao Parlamento a fim de chamar a atenção para as causas que defendia. Em 1908 foi presa pela primeira vez, mas seguiram-se outras detenções em que se viu encerrada em estabelecimentos deploráveis, sem ar e sem luz, onde faltava tudo, inclusivamente comida.

Como os partidos políticos tradicionais continuavam a resistir à ideia de atribuir o direito de voto às mulheres, Emmeline, as filhas e várias companheiras decidiram intensificar as táticas e abalaram a opinião pública por terem feito greve de fome. Para impedir que morressem, o que seria um escândalo, os polícias alimentaram-nas à força e quase as sufocaram ao despejarem-lhes sopa pela boca abaixo. Nem assim as demoveram, a luta continuou, mas quando em 1914 teve início a Primeira Guerra Mundial resolveram suspender as atividades para poderem participar no esforço coletivo que o conflito armado exigia.

Terminada a guerra, o governo inglês percebeu finalmente quanto valiam as mulheres e, em 1918, concedeu-lhes o direito de voto.

Que tenha sido necessária uma luta tão longa e tão intensa para obter aquilo que hoje nos parece justo e normal, dá que pensar. Que tenha havido quem se entregasse de alma e coração à defesa dos seus ideais também dá que pensar.

Emmeline, que nasceu nos arredores de Manchester, a 15 de julho de 1858 e morreu em Londres a 14 de junho de 1928, merece ser recordada. Uma das suas casas em Manchester foi convertida em museu e espaço de reunião. Uma estátua evoca a sua figura num jardim público de Londres.



3.3. Debate em família

O almoço de domingo da família Ribeiro era sempre animadíssimo. Os pais adoravam ter a casa cheia, convidavam sempre tios e primos e deixavam os três filhos convidar quem quisessem. Se estivesse bom tempo, a mesa era posta no jardim, mas se chovesse a sala era enorme, não havia problema.

Ultimamente, Gonçalo, o filho mais velho, aparecia pouco por se ter envolvido na campanha eleitoral, mas naquele dia apareceu, e tão bem-disposto que a mãe se meteu com ele.

— Estás com cara de quem ouviu boas notícias. Conta lá, a última sondagem é encorajadora para o teu partido?

Ele sorriu com ar malandro e a irmã mais nova é que respondeu.

- Se calhar foi mas é encorajado por uma candidata para outro tipo de eleição.
- Agora não estou para aí virado. Só penso nas eleições de domingo e espero poder contar com o vosso apoio.
- Claro que sim! Claro que sim!
A única que ficou calada foi a irmã do meio.
- Eu torço para que te corra bem, mas no próximo fim de semana não estou cá, vou para a Espanha.
Aquele declaração gerou um minuto de silêncio assombrado.
- Ó Elsa, não podes ir para Espanha. As eleições são no domingo.
- Pois são, pai. Mas não me lembrei e já disse à Consuelo que pode contar comigo. A família dela está a gerir um aldeamento turístico perto de Marbella, apetece-me imenso sair daqui e, para falar com franqueza, acho que mais um voto, menos um voto, pouco diferença faz. Vou-me abster de votar.
Gonçalo lançou-lhe um olhar indignado.
- Nunca pensei ouvir-te dizer uma coisa dessas. Acabaste de fazer dezoito anos, é a primeira vez que podes participar na escolha de um governo e viras as costas para ir para a praia? Acho incrível, acho indigno!

O pai acenou que sim e encarou-a com visível desgosto.

— És uma rapariga inteligente e estudaste história, não estudaste? Por isso sabes que para termos direito a escolher quem nos governa foi preciso lutar muito. E que para as mulheres poderem votar ainda foi preciso lutar mais. Houve gente presa por causa disso, presa e maltratada.

— E ridicularizada — atalhou o Gonçalo. — Já pensaste no que sentirias se ainda hoje se dissesse: *As mulheres, coitadinhas, não percebem nada de política e não têm cabeça para tomar decisões porque são fúteis?*

Ela torceu o nariz e não respondeu.

A mãe interveio:

— Bom, se em vez de ires votar, fores para a praia, confirmas essas teorias inacreditáveis e autotificas-te como cidadã de segunda categoria, mas faz o que quiseres.

Elsa sempre fora teimosa e, como não gostava de dar o braço a torcer, ficou calada, a olhar para o prato vazio.

O irmão, para aligeirar, deu outro rumo à conversa:

— Apesar das alterações climáticas parece-me que Marbella não desaparece tão cedo. E fins de semana há quatro por mês. Depois decides. Agora prova mas é esta tarte, que está excelente!

3.4. Questões para reflexão e debate

1. Os elementos informativos que apresentam os inícios da mudança no modo como as sociedades encaravam o papel e os direitos das mulheres referem vários factos historicamente relevantes.

Escolhe dois factos e explica por que motivo foram relevantes.

1.º FACTO:

.....

.....

.....

2.º FACTO:

.....

.....

.....

2. Os elementos da família Ribeiro, apresentados na história *Debate em família* têm opiniões diferentes relativamente ao exercício do direito de voto.

Indicar a opinião de cada um:

O PAI:

.....

.....

.....

A MÃE:

.....

.....

.....

O GONÇALO:

.....

.....

.....

A ELSA:

.....

.....

.....

3. Considerando a informação do texto *As Sufragistas* que precede a história, justificar as reações dos pais e do irmão quando a Elsa anunciou que não tencionava votar.

.....

.....

.....

4. A história tem um final aberto, portanto não se fica a saber se Elsa foi sensível aos argumentos da família ou se manteve o projeto de ir para Espanha. Numa situação idêntica à de Elsa, indicar o que farias e justificar a resposta.

.....

.....

.....

5. A forma como as pessoas encaram a sua participação na política depende da personalidade de cada um, ou de diferenças de género? Justificar a resposta.

.....

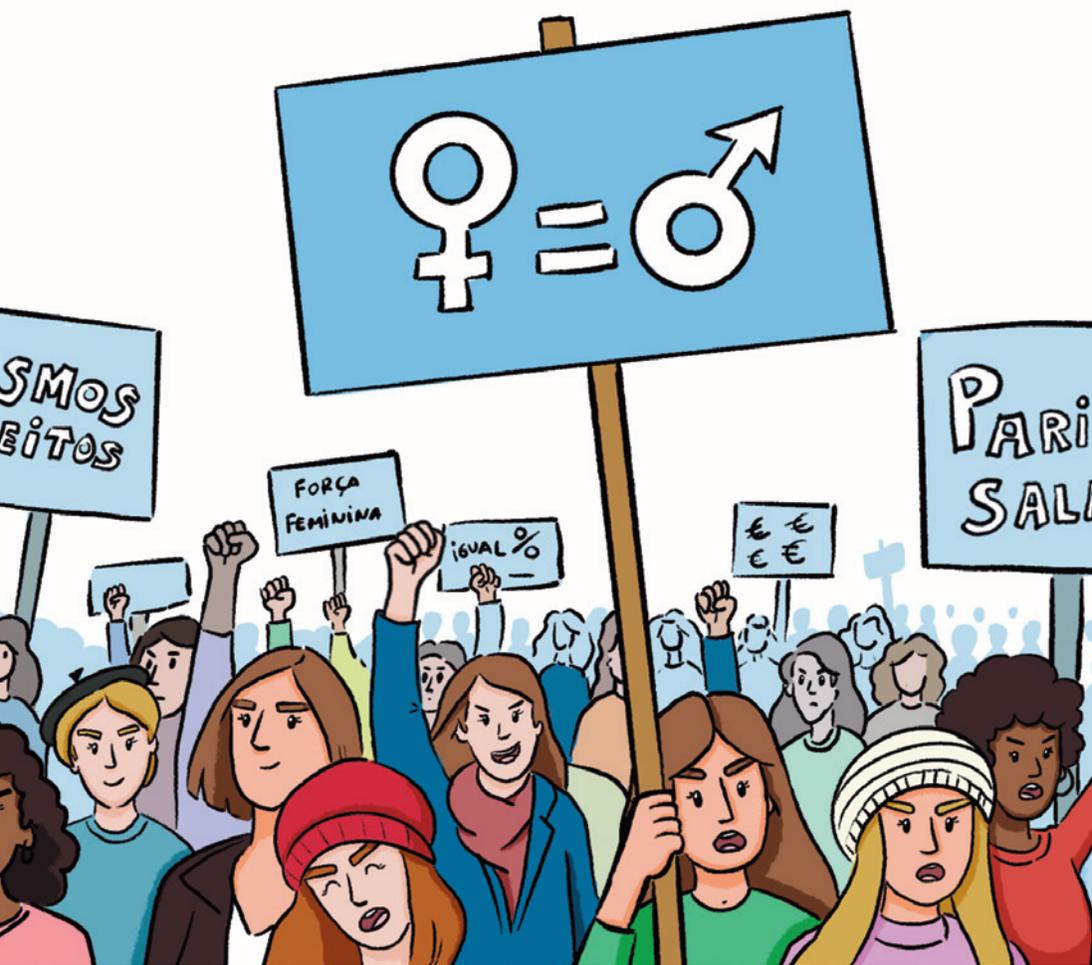
.....

.....

6. Comparar as respostas com as de outros colegas e registar as conclusões.

4

Igualdade na lei,
igualdade na prática



4.1. Elementos informativos

Ao longo do século XX, as lutas pela igualdade entre homens e mulheres continuaram um pouco por todo o mundo. As leis que davam a primazia aos homens foram sendo alteradas para assegurar maior equilíbrio de direitos em vários domínios, nomeadamente no acesso à educação e aos cuidados de saúde, no acesso ao trabalho e às mais variadas profissões, no acesso a cargos políticos, no apoio às famílias e na gestão dos bens familiares, etc.

Essas alterações foram muito importantes, mas se as leis mudam no momento em que são aprovadas, o mesmo não acontece com os costumes e com a mentalidade. Ou seja, na prática, apesar de as leis se irem tornando cada vez mais justas, os comportamentos de discriminação negativa persistiram ao ponto de no século XXI ainda não terem desaparecido por completo, nem nos países mais desenvolvidos e mais democráticos. No entanto, as lutas deram origem a políticas que promoveram um maior equilíbrio e maior igualdade de direitos entre mulheres e homens.

TRÊS ETAPAS NAS LUTAS PELA IGUALDADE

Alguns estudiosos dos progressos nos direitos das mulheres consideram que as lutas pela igualdade de gênero se sucederam em três etapas.

A primeira etapa decorreu entre 1848 e 1920, foi travada pelas sufragistas e levou à conquista progressiva do direito de voto para as mulheres em vários países.

Seguiu-se o período das duas guerras mundiais em que as mulheres foram chamadas a trabalhar para substituir os homens mobilizados e puderam provar a sua competência nas mais diversas áreas de atividade. No entanto, após o final da Segunda Guerra Mundial, surgiu grande pressão para que as mulheres retomassem o seu lugar como mães e donas de casa. Foi esse regresso a uma visão tradicionalista do papel das mulheres que desencadeou a nova etapa das lutas pela igualdade.

A segunda etapa decorreu entre os anos 60 e 80 do século XX, com o reacender do ativismo, centrado em novas reivindicações: o direito à educação e ao trabalho; a liberdade de escolha de profissão; a exigência de salário igual para trabalho igual; a igualdade na participação nos diferentes órgãos de poder político.

Os efeitos das lutas feministas foram positivos. A oferta de educação para todos permitiu que tanto homens como mulheres adquirissem mais formação e melhores qualificações. Em muitos países, o desenvolvimento económico multiplicou a oferta de emprego o que levou muitas mulheres da classe média a entrarem no mercado de trabalho. No entanto, o trabalho das mulheres fora de casa não alterou a ideia de que a elas e só a elas competia cuidar dos filhos e assegurar as tarefas domésticas, o que se traduziu numa enorme sobrecarga de trabalho e ocupação de tempo.

A terceira etapa iniciou-se a partir dos anos 90 e prolongou-se até à atualidade, pois, apesar da evolução muito significativa, ainda persistem países onde a desigualdade em vários domínios afeta a vida de milhões de mulheres: em 18 países ainda vigoram leis que autorizam os homens a impedir as mulheres de trabalhar fora de casa; só 13% dos terrenos agrícolas de todo o mundo pertencem a mulheres; em 39 países as filhas não têm direito a herança igual à dos filhos; em 49 países não há qualquer proteção legal contra a violência doméstica ou contra a violência sexual; em 30 países ainda se pratica a mutilação genital feminina.

As reivindicações principais desta terceira etapa de lutas centram-se na redefinição dos papéis de mulheres e

de homens; no equilíbrio de papéis na família; na valorização de opiniões e ideias formuladas na perspectiva feminina e, sobretudo, na luta contra todos os tipos de assédio sexual e violência doméstica.

EM PORTUGAL — A DESIGUALDADE NO TEMPO DE SALAZAR

Durante toda a primeira metade do século XX as mulheres estavam completamente subordinadas aos homens, se fossem solteiras, ao pai, se fossem casadas, ao marido. Não podiam, por exemplo, aceitar trabalho fora de casa sem autorização do pai ou do marido. Se fossem casadas não podiam dispor do dinheiro ou da propriedade que herdassem da sua própria família, porque o direito de gestão da propriedade passava automaticamente para o marido. Isso permitiu que muitos maridos vendessem terras e prédios que as mulheres tinham herdado, sem sequer as informarem, e gastassem o dinheiro obtido a seu belo prazer.

Naquele tempo era preciso ter passaporte para sair do país em viagem, mas as mulheres só podiam obter passaporte com autorização do marido.

Se uma mulher se quisesse divorciar, perdia o direito à casa e aos filhos. Além disso, as mulheres divorciadas ficavam mal vistas e eram postas de parte por muita gente.

No ano 1940 o Estado português assinou uma concordata com a Igreja Católica e a partir de então quem se casasse pela igreja não podia mesmo divorciar-se.

Havia muitas profissões interditas a mulheres, poucas terminavam o ensino secundário e só uma ínfima minoria tirava um curso superior. As artistas, fossem atrizes, bailarinas, cantoras, podiam ser admiradas pelo seu talento, mas em grande parte dos casos eram classificadas como pertencendo a um grupo à parte, a um grupo de libertinos.

Enfim, na primeira metade do século XX, as mulheres portuguesas não tinham autonomia, poder de decisão, liberdade. E o regime político – a ditadura de Salazar – não permitia manifestações, protestos, lutas pela igualdade. Em resumo, na época do governo de Salazar, de 1928 a 1968, as mulheres deviam conformar-se com os papéis que lhes eram atribuídos de boas filhas, boas esposas, boas mães. Algumas já tiravam cursos superiores, mas todas tinham de se comportar de acordo com as normas rígidas que a sociedade lhes impunha.

MUDANÇAS NA PRIMAVERA MARCELISTA

Quando em 1968 Salazar ficou incapacitado, Marcelo Caetano substituiu-o no cargo de primeiro-ministro e anunciou que tencionava promover alterações no governo do país. Os portugueses ficaram em grande expectativa, com grande esperança de ver os seus problemas resolvidos e ter uma vida melhor. Foi por isso que surgiu a expressão *Primavera Marcelista*. De facto, houve melhorias económicas e sociais, mas não acabou a guerra colonial, que já durava há 13 anos, nem se passou da ditadura a uma democracia.

Relativamente à igualdade de género houve alguma evolução. A 26 de dezembro de 1968 foi concedido o direito de voto às mulheres que soubessem ler e escrever. A 25 de outubro de 1969 foi aprovado um decreto-lei que concedeu às mulheres o direito de obter passaporte e de viajar para o estrangeiro sem autorização do marido. Em 1970 o governo encarregou Maria de Lourdes Pintasilgo¹, uma engenheira muito prestigiada, para estudar e propor uma Regulamentação do Trabalho Feminino. No mesmo ano surgiu um grupo de trabalho para definir uma *Política Nacional Global acerca das mulheres* e, em 1973, foi criada a *Comissão para a Política Social Relativa à Mulher*.

¹ Maria de Lourdes Pintasilgo viria a ser a primeira mulher portuguesa a assumir em 1979 o cargo de primeira ministra.

O 25 DE ABRIL E A DEMOCRACIA

Foi a revolução de 25 de Abril de 1974 que finalmente aboliu a ditadura e permitiu a instalação em Portugal de um regime democrático. A partir de então as mudanças políticas alteraram, e muito, a vida dos portugueses. A igualdade de género foi contemplada na lei como uma das áreas centrais da democracia.



Revolução dos Cravos, 25 de Abril de 1974



Assembleia Constituinte, 1976

Em 1976 foi aprovada a Constituição da República, que determinou a plena igualdade de todos os cidadãos perante a lei (Artigo 13.º) e estabeleceu que a promoção da igualdade entre homens e mulheres é uma tarefa fundamental do Estado (Artigo 9.º).

Estes princípios consagrados na Constituição exigiram modificações em várias leis. Em 1976 foi abolido o direito de o marido abrir a correspondência da mulher. Desapareceu da lei a figura de *chefe de família* e as disposições que concediam aos homens a administração dos bens do casal. A residência do casal deixou de ser uma decisão exclusiva do homem e passou a ser assumida em conjunto pelo casal. O poder paternal, que até então era um exclusivo do pai, passou a designar-se por poder parental e a ser partilhado entre o pai e a mãe, em total igualdade. Em 1978 a mulher deixou de precisar de consentimento do marido para se tornar comerciante ou para exercer qualquer profissão.

E foram criados organismos públicos para promover a igualdade de género. Ao primeiro (1975) deu-se o nome de *Comissão de Condição Feminina*, que atualmente se designa por *Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género* (CIG).

A partir do 25 de Abril de 1974 e até hoje, a vida em Portugal mudou realmente muito para melhor. A luta pela igualdade deu e continua a dar frutos. Mas nem os costumes nem as mentalidades se alteraram radicalmente e, apesar dos enormes avanços, há desigualdades e preconceitos que persistem e talvez persistam porque têm uma longa história.

AS MULHERES E O ACESSO À EDUCAÇÃO

No acesso à educação, entre a década de 60 do século XX e a atualidade, foi sempre aumentando a percentagem de jovens de ambos os géneros que frequentavam o ensino secundário e o ensino superior. A partir do início do século XXI a percentagem de raparigas superou a de rapazes.

EVOLUÇÃO DA FREQUÊNCIA DOS VÁRIOS NÍVEIS DE ENSINO (%)

ANO	MUNDO				PORTUGAL			
	ENSINO SECUNDÁRIO		ENSINO SUPERIOR		ENSINO SECUNDÁRIO		ENSINO SUPERIOR	
	H	M	H	M	H	M	H	M
1960	23,2	29,5	7,1	3,3	12,5	8,4	5,1	2,0
1980	38,9	48	14,2	10,2	24,2	23,4	11,6	10,8
2000	52,9	57,1	19,1	19	84,8	78,7	41	54,9
2020	66,3	66,3	37,4	43,4	95,3	94,0	64,8	76,1

H— rapazes · M— raparigas
Fonte: Our World in data; DGEEC

Em Portugal, a tendência de aumento na frequência escolar foi semelhante à do resto do mundo. A partir do início do século XXI a escolarização no secundário tornou-se universal e a percentagem de raparigas que frequentam o ensino superior supera bastante a de rapazes.

AS MULHERES E O ACESSO AO TRABALHO

O direito à escolha de profissão foi uma das reivindicações das feministas por considerarem que o trabalho lhes dava maior liberdade de circulação e o salário lhes assegurava autonomia financeira.

Na maioria dos países, as leis de trabalho contribuíram para que as mulheres se fossem profissionalizando. Nas últimas três décadas a percentagem de mulheres com mais de 15 anos que em todo o mundo exercem atividades profissionais tem-se mantido em cerca de 50%, enquanto a dos homens se mantém em cerca de 80%.

Em 104 países persistem ainda restrições, pois algumas atividades, como o transporte de passageiros, a condução de comboios, o trabalho noturno, os trabalhos subaquáticos, etc., não podem ser exercidos por mulheres.

Em Portugal, a partir de 1974 as mulheres passaram a poder fazer carreira em domínios que antes da consolidação da democracia lhes estavam vedados: a administração de serviços das autarquias locais; a magistratura e a diplomacia. Mais tarde também passaram a ter acesso às carreiras militares no Exército, na Marinha, na Força Aérea.

Atualmente 54% das mulheres portuguesas com idade para trabalhar exercem uma atividade profissional, não

havendo qualquer tipo de restrição legal que impeça a livre escolha. Mas apesar de a lei portuguesa consagrar o princípio de *igual salário para trabalho igual*, a verdade é que nas empresas, em 2020, ainda existia uma disparidade de 16% nos salários entre mulheres e homens. Na administração pública a diferença salarial entre mulheres e homens é praticamente nula.

Quanto a cargos de chefia verifica-se que na União Europeia só 8% dos lugares cimeiros nas maiores empresas são ocupados por mulheres. Em Portugal 14 % das funções de quadros superiores estão entregues a mulheres e o mesmo acontece em vários outros países europeus, incluindo os nórdicos. Com o objetivo de favorecer uma representação mais equilibrada de mulheres nos órgãos de gestão das grandes empresas e no setor público, o governo português aprovou uma lei que obriga a uma participação mínima de 33%, de cada um dos sexos, estabelecendo assim um sistema de quotas.

AS MULHERES E OS CARGOS POLÍTICOS

Além do direito de votar, as mulheres foram gradualmente assumindo cargos políticos, nas autarquias, nos parlamentos nacionais, nos governos e como Chefes de Estado. Hoje

participam como deputadas nos parlamentos de quase todos os países do mundo. Mas continuam sub-representadas, especialmente nos cargos de maior prestígio e maior responsabilidade.

**MULHERES ELEITAS COMO DEPUTADAS
PARA OS PARLAMENTOS NACIONAIS (%)
NO MUNDO E EM PORTUGAL**

ANO	MUNDO	PORTUGAL
1960	3,40	1,70
1980	8,59	6,80
2000	12,11	18,70
2020	24,73	40,00
2024	sem informação	33,60

Fontes: Our World in Data; Portal do Parlamento

Para proteger a representatividade das mulheres nos órgãos de poder político, a Assembleia da República aprovou o chamado *sistema de quotas*, a Lei da Paridade nos Órgãos Colegiais Representativos do Poder Político².

² Lei da Paridade nos Órgãos Colegiais Representativos do Poder Político https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/LeiParidade_Simples.pdf.

Essa lei determina o seguinte: *As listas de candidaturas apresentadas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para os órgãos eletivos das autarquias locais, bem como a lista de candidatos a vogal das juntas de freguesia, são compostas de modo a assegurar a paridade entre homens e mulheres* (Art.º 1.º) e especifica que as listas devem apresentar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos.

Apesar das quotas, nas eleições legislativas de 10 de março de 2024 houve um retrocesso na paridade, pois só 76 dos 230 lugares (33,6%) foram ocupados por mulheres.

Em alguns países as mulheres assumem a liderança política como Chefes de Estado ou de governo, mas são ainda uma minoria. Em 2023, nos 193 países do mundo a chefia de Estado era assumida apenas por 17 mulheres (8,8%), só 24% dos países europeus e só 8,38% dos países do mundo tinham uma mulher no cargo de primeiro-ministro.

Portugal nunca elegeu uma mulher para presidente da República e teve uma única primeira-ministra, Maria de



Maria de Lourdes Pintasilgo
(1930-2004)

Lourdes Pintasilgo, cujo mandato decorreu entre julho de 1979 e janeiro de 1980.

Quanto aos cargos de ministro e secretário de Estado, a proporção de mulheres nos governos portugueses tem vindo a melhorar, mas ainda está longe de atingir a paridade.

MINISTRAS NOS GOVERNOS DE PORTUGAL	
ANO	%
2005	16,7%
2010	31,3%
2015	28,6%
2020	42,1%
2024	41,2%

Fonte: Portal do Governo

ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO

Tanto os governos dos países como as organizações internacionais têm procurado formas de intervenção para assegurar o progresso em diferentes áreas que condicionam a vida das mulheres e impedem a igualdade de género.

EM PORTUGAL – ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO, 2018-2030 — PORTUGAL + IGUAL³

Em 2018 o governo português lançou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação, 2018-2030 — *Portugal + Igual* — destinada a combater todo o tipo de discriminações de género. Em junho de 2023 foram aprovados três planos para vigorar até 2026.

- Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens (PAIMH);
- Plano de Ação para a prevenção e o combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica (PAVMVD);
- Plano de Ação para o combate à discriminação em razão da Orientação sexual, Identidade e Expressão de género, e Características sexuais (PAOIEC);
- iGen – Fórum Organizações para a Igualdade.

³ Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género — CIG <https://www.cig.gov.pt/>.

Em 2013 foi criado um fórum de organizações dos setores público, privado e da economia social que assumem o compromisso de integrar nos seus modelos de gestão os princípios de igualdade no trabalho entre mulheres e homens. E em todo o país existem organizações e associações que têm como missão promover a igualdade de género.

NA UNIÃO EUROPEIA — ESTRATÉGIA PARA A IGUALDADE DE GÉNERO 2020-2025

No dia 5 de março de 2020 a Comissão Europeia aprovou a Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025, que *pretende contribuir para que na União Europeia tanto os homens e as mulheres, como as raparigas e os rapazes, sejam livres de seguir o caminho que escolherem na vida, tenham as mesmas oportunidades para prosperar e possam participar na sociedade europeia e liderá-la em igualdade de circunstâncias*⁴. Procura também combater as disparidades entre os homens e as mulheres, e a sobre representação das mulheres nos setores do mercado de trabalho com salários mais baixos e a sub-representação nos cargos de decisão.

⁴ Diretiva XXXX Comissão Europeia. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52020DC0152>.

Os principais objetivos da estratégia são os seguintes:

- Combater os estereótipos e pôr termo à violência baseada no género;
- Colmatar as disparidades de género no mercado de trabalho;
- Assegurar uma participação equitativa em diferentes setores da economia;
- Colmatar as disparidades salariais e de pensões entre homens e mulheres;
- Colmatar as disparidades de género no plano da prestação de cuidados e alcançar um equilíbrio entre homens e mulheres nos processos de tomada de decisão.

Após 10 anos de negociações, em novembro de 2022 foi aprovada uma diretiva relativa ao equilíbrio entre homens e mulheres nos conselhos de administração das empresas, para melhorar o equilíbrio de género nos cargos de tomada de decisão das maiores empresas cotadas da UE.

NA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) — OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL⁵

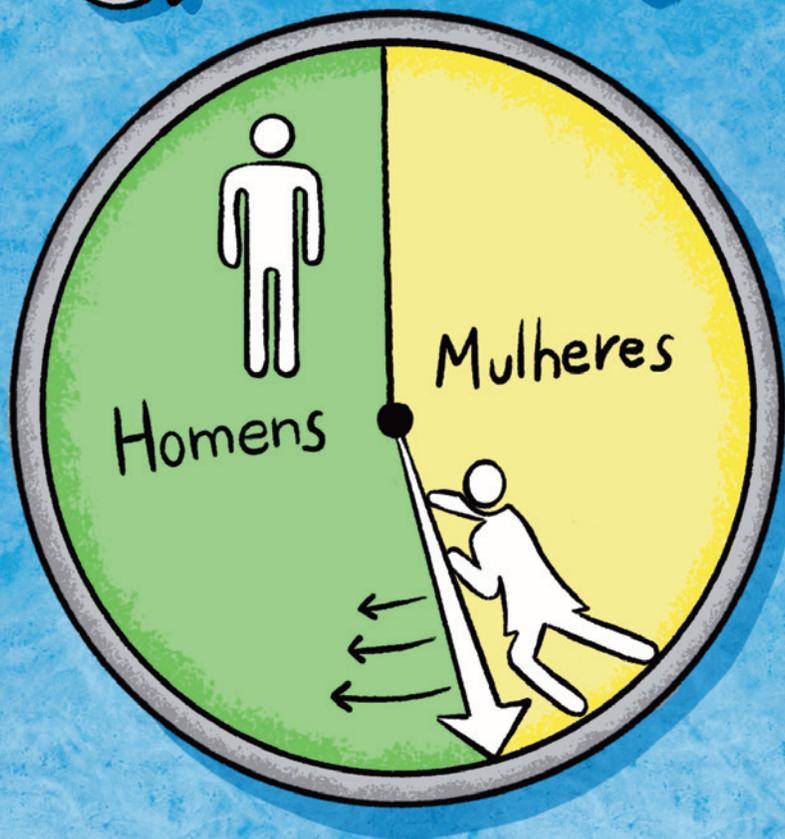
A ONU lançou em 2020 uma estratégia para o desenvolvimento sustentável do mundo assente em 17 objetivos, a atingir até 2030. A igualdade de género é o 5.º destes objetivos e propõe o seguinte:

- Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda a parte.
- Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.
- Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas.
- Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestruturas e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.

⁵ ODS — <https://ods.pt/>.

- Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública.
- Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos.
- Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais nos recursos económicos, bem como o acesso à propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.
- Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.
- Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

Quotas



4.2. Quotas, sim ou não?

Quando o António entrou em casa encontrou a irmã mais velha e os amigos em grande discussão. Como falavam todos ao mesmo tempo e alguns em altos berros, não conseguiu perceber sequer qual era o tema da conversa. Ainda tentou perguntar, mas ninguém lhe prestou atenção, por isso sentou-se de pernas e braços cruzados, e pôs-se a observar o grupo com um olhar tão intenso que, pouco depois, a gritaria abrandou e a irmã interpelou-o.

- Olha lá, tu és contra ou és a favor?
- De quê?
- Das quotas.
- Quotas?

— Sim. Com certeza sabes que foi estabelecido um sistema de quotas para haver maior paridade entre homens e mulheres nas listas para as eleições.

Em vez de responder, António franziu-se e piscou os olhos duas ou três vezes, o que levou a irmã a duvidar.

— Sabias, não sabias?

— Já tenho ouvido falar nisso, mas para falar com franqueza não estou lá muito a par desse assunto.

O número de vozes que tentou esclarecê-lo em simultâneo impediu-o de perceber fosse o que fosse.

— Desculpem, mas se querem a minha opinião, fale um de cada vez.

Os outros calaram-se e a irmã tomou a palavra.

— O debate sobre a necessidade de garantir às mulheres o acesso a cargos políticos já é antigo, deu muitas voltas e deu origem a leis que foram aprovadas noutros países.

Uma das amigas presentes não resistiu a meter a colherada.

— E em Portugal também, mas só em 2006.

— E aprovaram o quê?

— Nessa altura aprovaram quotas para as mulheres. Ou seja, na lista dos candidatos a deputados para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e nas

autarquias passou a ser obrigatório que se incluíssem, no mínimo, 33% de mulheres.

- Portanto, as listas passaram a incluir pelo menos um terço de candidatas.

António fez um trejeito de dúvida antes de perguntar:

- E essa lei é cumprida?
- Claro que sim.
- Mas pelas imagens que vejo na televisão, não me parece que no Parlamento haja tantas mulheres assim.
- Mas há. Estão dispersas porque pertencem a vários partidos, mas há.
- E foram escolhidas só por ser obrigatório?
- Sim e não. Como era obrigatório, os partidos políticos tiveram mesmo de incluir candidatas nas listas que apresentaram a eleições. Mas, como é óbvio, não fizeram convites à-toa, procuraram pessoas de qualidade.
- O problema é que se calhar havia candidatos com mais preparação e mais experiência para o cargo e ficaram de fora por causa do sistema de quotas, o que não é justo — disse o namorado da irmã, abrindo os braços.
- Nem justo nem correto.

As raparigas presentes caíram-lhe em cima.

- O que não era justo era as mulheres ficarem sempre de fora.
- Como se fossem incapazes de ter ideias e de tomar iniciativas.
- É isso que tu pensas de nós?
- Não, claro que não, pelo contrário. Eu acho que as mulheres devem ser escolhidas para os cargos políticos ou outros por se terem distinguido de alguma maneira e não por ser obrigatório.
- Só que ninguém as chamava, não se lhes dava oportunidade de mostrar o seu valor.
- Ou nem se punha a hipótese. Antes de haver quotas, tanto os homens como as mulheres tinham o assunto arrumado na cabeça, assim: cargos políticos? São para homens.
- E não lhes faltavam argumentos. «Sempre foi assim, não há motivo para mudar.» «As mulheres têm mais que fazer.» «Não se envolvem na política.» «Não gostam.» «Não querem.»
- Exato. Foram necessárias as quotas para que a situação se alterasse. Começaram os convites, houve mulheres que aceitaram logo com gosto, outras hesitaram por terem medo de não estarem à altura, mas depois de

experimentarem perceberam que tinham um papel a desempenhar e foram ganhando experiência e autoconfiança.

- Além disso, serviram de exemplo a outras, que pensavam «se aquela pode, eu também posso».
- E pronto. Se já faz carreira política quem quer, para que se continua a impor o sistema de quotas?
- Porque a meta é a paridade.
- Paridade?
- Sim, António. A meta é haver 50% de homens e 50% de mulheres em todos os órgãos de representação política. As mulheres e os homens são diferentes, têm perspetivas diferentes na análise dos problemas, em conjunto encontram melhores soluções e completam-se.
- E tu tens a certeza de que há muitas mulheres interessadas em fazer carreira política? É que pode não haver.
- Há sempre quem se interesse e, para os países, é importante que a política possa contar com o contributo de todos.

A discussão voltou a explodir em altos berros, António remeteu-se ao papel de observador, curioso e divertido.

4.3. Questões para reflexão e debate

1. As lutas pela igualdade de direitos, em várias zonas do mundo, sucederam-se em três etapas. Caracterizar cada uma das etapas, recorrendo aos elementos informativos do texto.

1.^a ETAPA:

2.^a ETAPA:

3.^a ETAPA:

2. Em Portugal, no tempo de Salazar, a desigualdade entre mulheres e homens era evidente em vários domínios: na família, na educação, no trabalho, na participação política, etc. Escolher um desses domínios e descrever alguns dos aspetos que identifiquem a desigualdade.

3. Depois do 25 de Abril de 1974 e da aprovação da Constituição da República que, em 1976, consagrou o regime democrático, a promoção da igualdade entre homens e mulheres foi aprovada como uma tarefa fundamental do Estado (Artigo 9.º). Será que o princípio inscrito na lei fundamental do país tem sido realmente uma prioridade? Justificar a resposta e debater com os colegas.

4. Como se pode caracterizar a evolução da situação das mulheres portuguesas nos domínios referidos no texto:

NO ACESSO À EDUCAÇÃO:

.....
.....
.....

NO ACESSO AO TRABALHO:

.....
.....
.....

NA PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS DE PODER POLÍTICO:

.....
.....
.....

5. As leis que estabelecem quotas para assegurar uma maior paridade têm sido objeto de muitos debates. Debater vantagens que podem advir da sua aplicação e/ou razões para que não sejam bem aceites.

.....
.....
.....

6. Consultar *O Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens (2026-2030)* e transcrever três objetivos considerados relevantes para debater com os colegas e apreciar a sua exequibilidade.

7. Com base na informação sobre o sistema de quotas para as listas de candidatos a eleições e na história *Quotas, sim ou não?*, emitir opinião acerca das vantagens e inconvenientes da existência de quotas para proteger a representatividade das mulheres nos órgãos de poder político.

5

Preconceitos
persistem



5.1. Elementos informativos

MULHERES, INOVAÇÕES TÉCNICAS E TECNOLÓGICAS

Ao longo da história têm surgido múltiplas inovações técnicas e tecnológicas que alteraram profundamente a vida das pessoas. A par dessas inovações surgiram também com frequência preconceitos sobre a capacidade das mulheres para as utilizarem.

Quando surgiram os primeiros automóveis, no final do século XIX, surgiu logo também a ideia de que só os homens tinham capacidade para conduzir aquelas máquinas. Essa ideia manteve-se durante tantos anos, que deu origem ao dito *mulheres ao volante, perigo constante*. E porquê? Ninguém, na verdade, saberia responder a esta pergunta, por isso inventaram-se respostas à-toa, *As mulheres enervam-se com facilidade. As mulheres não têm competência para lidar com máquinas pesadas. As mulheres emocionam-se e distraem-se*. Enfim, fantasias ou, melhor dizendo, ideias sem fundamento, ou seja, preconceitos.

AFINAL O PRIMEIRO CONDUTOR DE LONGA DISTÂNCIA FOI UMA MULHER

Na verdade, logo que o alemão Karl Benz registou a patente do primeiro modelo de automóvel com motor a gasolina (1886), houve uma mulher que entrou em ação, Bertha Benz. Nova, linda, rica, despachada e capaz de tomar iniciativas, teve de se submeter a uma lei que vigorava na Alemanha e em muitos outros países sobre fortunas femininas: a mulher ao casar perdia o direito de gerir os seus bens. Tudo o que tivesse passava a ser gerido pelo marido. Por sorte, ela e o marido entendiam-se bem, foram felizes, tiveram cinco filhos. Quando Karl Benz decidiu investir o dinheiro de Bertha numa pequena fábrica de automóveis, toda a gente achou uma loucura, porque aquelas máquinas a que então se dava o nome de *carruagens sem cavalos* eram consideradas perigosas e inúteis, pois só podiam percorrer pequenas distâncias. Mas ela concordou, deu força ao marido e quis ser sócia do novo negócio.

Como o automóvel não teve sucesso imediato e não apareciam compradores, Karl desanimou. Mas Bertha decidiu provar que aquela máquina, inventada pelo seu querido maridinho, fabricada com dinheiro dela, era muito útil e até podia percorrer grandes distâncias. Sem dizer nada a

ninguém, pegou nos filhos, meteu-se no carro e partiu para casa da mãe que vivia numa cidade a 106 quilómetros de distância. Levou combustível, que nessa altura se comprava na farmácia, deixou um bilhete ao marido a dizer que ia levar os filhos a visitar a avó, sem informar de que iria ao volante. Pelo caminho surgiram alguns problemas mecânicos, que conseguiu resolver de forma artesanal e utilizando as peças que tinha à mão, como o alfinete do chapéu e correias de couro compradas num sapateiro. Quando chegou ao seu destino, mandou um telegrama ao marido a anunciar a vitória, que foi realmente importantíssima por vários motivos. Ajudou a perceber que tipo de alterações seriam necessárias para o carro funcionar sem problemas e provou que *a carruagem sem cavalos* não servia apenas para uma voltinha no bairro.

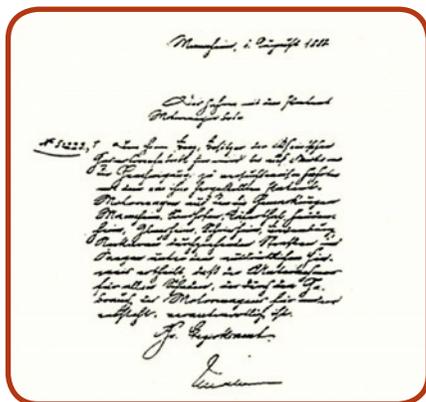
A viagem de Bertha ao volante contribuiu e muito para o sucesso da empresa que tinham montado juntos e que mais tarde viria a fabricar os carros da marca *Mercedes Benz*.

Dir-se-á que esta era uma mulher extraordinária e que nem todas são assim. Mas também há homens extraordinários e nem todos o são. As qualidades, as habilidades, as competências, não são coletivas, são individuais.

AS CARTAS DE CONDUÇÃO

Quando apareceram os primeiros automóveis, quem os pudesse comprar comprava e, quem apreendesse a conduzir, conduzia livremente, pois nessa altura ainda não era necessário obter carta de condução. Como não havia trânsito, em princípio não havia problema. Só que nunca falta gente pronta a reclamar contra tudo o que é novidade.

Na cidade onde vivia Karl Benz houve vizinhos que se sentiram incomodados pelo ruído e pelo cheiro do carro dele e protestaram. Então Karl, para evitar discussões, resolveu pedir às autoridades autorização oficial para conduzir o seu carro. E as autoridades concederam-lha numa carta escrita à mão que hoje se encontra guardada num museu.



Primeira carta de condução



Portugal, carta de condução n.º 1

Mais tarde veio a tornar-se obrigatório realizar provas para obter autorização de conduzir.

A primeira mulher a ter carta de condução foi a duquesa de Uzés, em França, no ano 1898. E foi também a primeira a ser multada por excesso de velocidade, pois ultrapassou os 20 quilómetros por hora, que era o máximo permitido na época.

Em Portugal houve carros desde 1895, mas tão poucos que só em 1911 foi emitida a carta de condução n.º 1, para o doutor Mateus de Oliveira Monteiro, morador em São João do Estoril.

EM PORTUGAL — HOMENS E MULHERES COM CARTA DE CONDUÇÃO

Em Portugal, o ambiente social até ao 25 de Abril era muito conservador. Ainda assim, houve mulheres que obtiveram carta de condução, mas em muitas famílias só os homens aprendiam a conduzir. No ano 1950, por exemplo, foram atribuídas 5718 cartas de condução a homens e apenas 345 a mulheres.

Em 1974, ano do 25 de Abril, muitas mulheres tiraram a carta, mas as diferenças mantiveram-se: 30 237 mulheres; 90 302 homens.

Com o tempo essas diferenças foram-se atenuando, mas ainda persistem.

DETENTORES DE CARTAS DE CONDUÇÃO (2021)



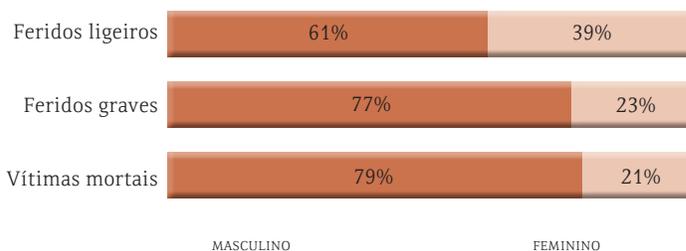
Fonte: IMT, Anuário Estatístico da Mobilidade e dos Transportes, I.P., 2021

OS ACIDENTES

Em Portugal, o número de acidentes de automóvel é muito elevado. Em 2021 registaram-se 30 991 acidentes com vítimas. Entre essas vítimas, houve 401 mortos, 2297 feridos graves e 35 877 feridos ligeiros. A maioria das pessoas que morreram ia ao volante. A infração mais frequente foi excesso de velocidade.

Note-se que a maior parte das vítimas mortais e feridos graves ou ligeiros foram homens.

ACIDENTES COM AUTOMÓVEIS



Fonte: Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, 2021

O SEGURO AUTOMÓVEL

Atualmente, quem circula de carro ou de moto, seja homem ou mulher, tem que ter um seguro de responsabilidade civil porque é obrigatório. Esse seguro destina-se a cobrir os prejuízos causados a terceiros, incluindo os passageiros que transporta. Quem amolga ou destrói um carro alheio, uma montra, um portão, etc., tem de pagar os custos dos arranjos, se causar ferimentos, tem de pagar os tratamentos, se desses ferimentos resultar invalidez ou morte, o responsável pelo acidente tem de pagar indemnizações. O seguro é obrigatório porque garante o pagamento dessas despesas às vítimas, quer o responsável pelo acidente tenha ou não tenha recursos pessoais para o fazer.

No campo do seguro automóvel há outras coberturas que não são obrigatórias, mas que qualquer pessoa pode decidir contratar, como por exemplo:

- Coberturas de danos próprios, que cobrem os danos causados ao próprio veículo em caso de acidente, catástrofes naturais ou vandalismo.
- Cobertura de proteção do condutor do automóvel, porque o de responsabilidade civil não inclui o condutor.

- Cobertura para ter direito a um carro de substituição mesmo sendo responsável pelo acidente, enquanto o do próprio está a ser reparado.
- Cobertura de assistência em viagem.
- Cobertura para receber uma indemnização se o carro for roubado.



5.2. Mulheres e homens – segurança ao volante

Nas grandes famílias, mesmo que as pessoas se deem bem, há sempre divergências. Algumas a respeito de assuntos que revelam diferentes pontos de vista, por exemplo, sobre política, religião, maneiras de educar, etc. Outras mais simples, a respeito do melhor lugar para passar férias, ou sobre o tipo de presentes a oferecer no Natal seguinte. E também surgem divergências que as pessoas não percebem à primeira porque decorrem de sentimentos, expectativas, manias e medos de cada um. Foi o que aconteceu em casa dos Lopes Aires depois de um fim de semana prolongado e bem passado.

A avó Bernardete recebera os netos na quinta onde vivia, mas só os netos para dar uns dias de descanso aos

pais. E tinha sido um êxito. Os casais puderam ir ao cinema, ver amigos, deitar mais tarde, dormir sem interrupções. As crianças divertiram-se imenso na quinta com os primos. Banhos no tanque, passeios a pé, comidinhas da avó ao almoço, jogos e brincadeiras com o avô Zé depois do jantar, e até mais tarde do que era costume.

Marta e Alex, pais do trio Diana, Diogo e Lara foram os primeiros a chegar para recolher os filhos. Pouco depois o telefone tocou, a avó atendeu, era a filha Francisca a dizer que o carro tinha avariado, não podia ir buscar os dela, pedia que lhes arranjassem boleia. A avó ficou consternada.

- Ó Francisca, não sei como. Eu já não guio à noite há muitos anos, o teu pai também não e a tua irmã Marta, com três filhos, não pode levar mais ninguém.
- Ora, mãe! A Inês e o Vicente, que vão aí jantar, talvez os possam trazer. São solteiros devem ter lugar nos carros.
- O problema é que não sei se vêm sozinhos, porque às vezes aparecem com amigos. Mas logo se vê. Agora devem estar em trânsito, quando chegarem ligo-te.

Inês e o Vicente chegaram quase ao mesmo tempo, cada um em seu carro, ambos com companhia, ambos com três lugares vagos no banco de trás do carro.

A avó Bernardete fez-lhes muita festa e depois apressou-se a pedir à Inês boleia para os netos mais pequenos.

— Podes levá-los?

— Posso, mãe. Mas porque não pede ao Vicente, que mora mais perto da Francisca?

Ao contrário do que era habitual, Bernardete demorou a responder. O que fez confusão ao marido.

— O que é que tu tens?

— Eu? Nada.

Todos os adultos presentes na sala lhe endereçaram olhares interrogativos. Ela desandou para a cozinha a pretexto de que tinha umas coisas ao lume. Inês resolveu segui-la, fechou a porta atrás de si e perguntou.

— O que é que se passa, mãe?

— Não faças comentários lá dentro, mas agradecia que fosses tu a levar os meninos.

— Porquê, mãe?

— Porque o Vicente guia muito depressa.

— Pois guia, mas até agora nunca teve acidentes.

— E espero que nunca tenha. Mas se tiver, prefiro não ter sido eu a mandar as crianças no carro dele.

— A mãe teve algum sonho, foi?

— Não — a resposta soou acompanhada de suspiros.

Inês, vendo-a perturbada, cedeu.

- Pronto, não se aflija. Eu levo-os e, para não haver confusões, digo ao Vicente que preciso de ir buscar uma coisa a casa da Francisca.

O jantar decorreu sem novidade, mas com o avô Zé intrigado. Quando todos partiram, encarou a mulher e pediu-lhe:

- Explica-me lá, Bernardete, o que te passou pela cabeça. Não vale a pena mudares de assunto e insistires que não foi nada porque te conheço muito bem.
- Estás a falar de quê?
- De teres obrigado a Inês a levar os miúdos.
- Está bem, foi por causa disto.

Pegou numa revista que estava em cima da mesa, abriu-a na página 10 e mostrou um artigo com gráficos estatísticos.

- Neste texto está escrito que há muitos mais homens do que mulheres a serem vítimas de acidentes de automóvel.
- O Vicente guia bem.
- Pois guia e espero que chegue a casa sem novidade. Mas como circula sempre depressa demais e os miúdos estavam à nossa guarda, preferi assim. As raparigas

tendem a ser mais cuidadosas e então a Inês é cuidadosíssima.

— Bom, se resolveres tudo na vida à conta de artigos que lês nas revistas, ficas maníaca.

Ela encolheu os ombros.

— Não tenciono. Mas quando um artigo me dá que pensar, faço o que me parece melhor.

O marido refastelou-se no sofá e arrebatou-lhe a revista.

— Já agora leio também. Sempre ouvi dizer que *mulher ao volante é um perigo constante*, mas parece que afinal não é verdade!

5.3. Questões para reflexão e debate

Os textos sobre a segurança ao volante, que mulheres e homens asseguram, incluem informações históricas e convicções pessoais.

1. Que preconceitos de género surgiram quando foram comercializados os primeiros automóveis.

.....

.....

.....

.....

2. Será que o episódio de Bertha Benz que é relatado no texto terá desfeito os preconceitos acerca das mulheres ao volante? Justificar a resposta.

.....

.....

.....

.....

3. Como se explica que no início da era automóvel não fosse exigida carta de condução?

.....

.....

.....

.....

4. A avó Bernardete, da história da família Lopes Aires, tinha razão ao considerar que as mulheres oferecem maior segurança ao volante? Justificar a resposta.

.....

.....

.....

.....

5. Será que se justifica a obrigatoriedade do seguro de responsabilidade civil? Justificar a resposta.

.....

.....

.....

.....

6. Será importante que existam outros seguros do ramo automóvel? Justificar a resposta.

.....

.....

.....

.....

A igualdade entre homens e mulheres dá sempre origem a discussões muito acesas. Há quem lembre que igualdade já está garantida por lei, quem afirme que, na prática, ainda persistem desigualdades e quem argumente que a igualdade absoluta será sempre impossível de alcançar. Este livro inclui narrativas e informações que se tornam inspiradoras porque dão a conhecer episódios e protagonistas de uma longa história.

